

Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 22/09/2020	Página:



Moradora de Santa Cruz ganha R\$ 100 mil no Nota Premiada; confira ganhadores

Moradora de Brasília que comprou em empresas baianas também foi contemplada

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

22.09.2020, 09:18:36

Atualizado: 22.09.2020, 09:22:22

Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a ganhadora prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia. A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

O resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21). A novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Confira a lista de ganhadores

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 22/09/20	



Economia E Mercado

Sorteio da Nota Premiada Bahia contempla moradores de 18 cidades



22 de Setembro de 2020 às 08:30 Por: **Edson Lopes Jr/ A2 FOTOGRAFIA** Por: **Redação BNews**
0 comentários

Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a contemplada com o prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21). A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Ibahia	Bahia
Data: 21/09/20	



BAHIA

Nota Premiada de setembro tem mais de 60 ganhadores de Salvador; veja resultado

Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal

Redação iBahia (redacao@portalibahia.com.br)

21/09/2020 às 18h28

Nesta segunda-feira (21), a campanha Nota Premiada Bahia divulgou o nome dos 91 ganhadores do mês de setembro. A ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil mora na capital, no bairro de Santa Cruz. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil estão distribuídos para moradores de 18 cidades.

A lista de ganhadores pode ser consultada no site

www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Esse sorteio registrou o primeiro vencedor fora da Bahia, uma moradora de Brasília (ela está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line).

Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2). Houve ainda doze

idades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

21/09/2020 17:37

Sorteio da Nota Premiada Bahia contempla moradores de 18 cidades

Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a contemplada com o prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21). A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiá (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram [@notapremiadabahia](https://www.instagram.com/notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram [@sefazbahia](https://www.instagram.com/sefazbahia), Facebook [@sefaz.govba](https://www.facebook.com/sefaz.govba) e Twitter [@sefazba](https://twitter.com/sefazba).

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu "Minha Conta", escolher a opção "Bilhetes". A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

[Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Agência Sertão	
Data: 21/09/2020	



Nota premiada Bahia premia consumidores de Guanambi e Caculé



Consumidores de todo o Estado concorreram a R\$ 1 milhão de reais em prêmio este mês pelo programa Nota premiada Bahia. O resultado do sorteio foi divulgado nesta segunda-feira (21) e contemplou ganhadores 18 municípios baianos, além de uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha.

Na Região de Guanambi foram dois ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil. Um mora em Guanambi e outro em Caculé. Ao todo foram 90 prêmios neste valor, além dos dois ganhadores da região, faturaram o prêmio consumidores de Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2), Lauro de Freitas (2), Aurelino Leal, Barra do Rocha, Camaçari, Dias D'Ávila, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas.

Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a contemplada com o prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21).

A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram

@notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu "Minha Conta", escolher a opção "Bilhetes". A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Via Ascom Sefaz

Veículo: Site Farol News	
Data: 21/09/2020	



SORTEIO DA NOTA PREMIADA BAHIA CONTEMPLA MORADORES DE 18 CIDADES

set 22, 2020 | [Economia](#)



Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a contemplada com o prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21). A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como funciona

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Site NES	
Data: 21/09/2020	



Moradora da Santa Cruz leva o prêmio de 100 mil reais no programa Nota Premiada

Por

Redação NES

-

21 de setembro de 2020



Uma moradora do bairro de Santa Cruz, em Salvador, foi a contemplada com o prêmio principal de R\$ 100 mil no sorteio de setembro da Nota Premiada Bahia, cujo resultado foi divulgado nesta segunda-feira (21). A cada mês, são destinados ao todo R\$ 1 milhão para 91 participantes da campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado. Os 90 prêmios de R\$ 10 mil saíram para moradores de 18 cidades.

A grande novidade deste sorteio foi a primeira vez que saiu vencedor um bilhete de fora da Bahia: foi premiada uma moradora de Brasília, que está inscrita na Nota Premiada e fez compras em empresas baianas, presencialmente ou on-line, informando o CPF cadastrado na campanha. Os outros ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil residem em cidades baianas. As que tiveram maior número de contemplados foram Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2) e Lauro de Freitas (2).

Houve ainda doze cidades com um premiado cada: Aurelino Leal, Barra do Rocha, Caculé, Camaçari, Dias D'Ávila, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Veículo: Site Aratu On	
Data: 21/09/2020	



Publicado em 21/09/2020 08h56.

Motoristas de veículos com placas de final 9 e 0 podem pagar o IPVA no prazo

Compartilhe:

[Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)

Há 1 diaAtualizada Há 1 diaFonte: Da redação

Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro. Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

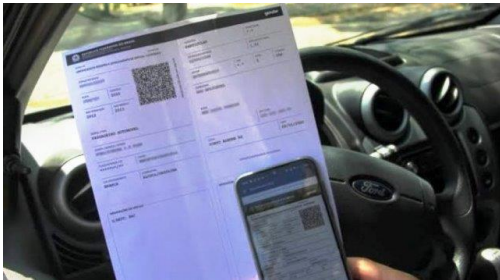
Veículo: Site Acorda Cidade	
Data: 21/09/2020	



Publicado em 21/09/2020 08h56.

Donos de veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela.



Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no **site da Sefaz-BA** ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Camaçari Notícias	
Data: 21/09/2020	

CAMAÇARINOTÍCIAS

Donos de veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo

Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no **site da Sefaz-BA** ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Informe Baiano	
Data: 21/09/2020	



Donos de veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo



20 de setembro de 2020 - 18:02

Os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

A TARDE

BANCO CENTRAL

Mercado financeiro reduz projeção de queda da economia para 5,05%

Marcos Santos / Divulgação / 7.12.2011

AGÊNCIA BRASIL

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,11% para 5,05%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, divulgado todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é crescimento de 3,50%, a mesma previsão há 17 semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua projetando expansão de 2,50% do PIB.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) em 1,94% para 1,99% este ano.

Para 2021, a estimativa de inflação foi mantida em 3,01%. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente.

O cálculo para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de



Para 2021, estimativa de inflação foi mantida em 3,01%

tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75%, para 2022, 3,50%, e para 2023,

3,25%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro,

a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2% ao ano.

Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 2,5% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão é

4,5% ao ano e para o final de 2023, 5,63% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato e ao consumo. Quando aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 22/09/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● Torço por um nordestino, que é **Ciro Gomes, e estranhei as declarações de **Jaques Wagner**. A candidatura do **PT** com o **PL** em 2002 foi de centro-direita? Respeito **Rui Costa**, mas o **PT** o lançará? **Leo Prates****

Secretário de Saúde de Salvador e presidente do PDT da capital, ao defender a candidatura do ex-ministro cearense, após críticas do senador petista, e afirmar que só paulistas são presidenciáveis do PT

Circuito fechado

Documentos e arquivos eletrônicos obtidos pela Operação Inventário comprovam o envolvimento direto do advogado Marco Aurélio Fortuna Dorea, servidor da Corregedoria-Geral do Estado escalado justamente para apurar grandes casos de irregularidades no governo da Bahia, no esquema de fraudes em processos na 11ª Vara de Família de Salvador. Na lista de materiais coletados por investigadores do Grupo de Apoio Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), unidade do Ministério Público do Estado (MP) responsável pela Inventário, constam mensagens e áudios via WhatsApp, emails e dados bancários que confirmam depósitos de dinheiro ilícito na conta de Dorea.

SIGA O DINHEIRO

Em outubro e novembro de 2017, Dorea recebeu cerca de R\$ 355 mil em transferências feitas por dois outros alvos da operação, os advogados João Carlos Novaes e Yuri Rodrigues da Cunha. De acordo com o Gaeco, os valores estavam retidos em conta judicial criada para uma ação de inventário e foram liberados mediante fraude.

Passa e repassa

O rastreamento do fluxo bancário realizado pela área de Inteligência Financeira do MP revelou que parte do dinheiro transferido para a conta de Marco Dorea era repassada depois a mais dois integrantes do esquema. Um deles é o servidor da Justiça Carlos Alberto Almeida de Aragão, diretor da Secretaria da 11ª Vara de Família, que fornecia informações privilegiadas sobre processos e monitorava o gabinete do juiz titular para garantir o andamento das ações de interesse da organização criminosa. O segundo é Lucio Flávio Duarte de Souza, apontado pelo Gaeco como falsificador do esquema.

Rede de informantes

Ainda de acordo com o Gaeco, Lucio Flávio era quem fornecia informações sobre correntistas com altas somas em conta corrente sem movimentação. "Há grande possibilidade, por isso, de envolvimento de funcionários de instituições bancárias ou ainda de profissionais de saúde próximos aos falecidos", destaca a investigação. De posse das informações, os advogados montavam ações com base em documentos falsos, personagens fictícios e vínculos de parentesco inexistentes, como revelam diálogos entre Marco Dorea e João Carlos Novaes, presos desde o último dia 10.

Ponta de lança

Antecipada pela coluna desde setembro de 2019, a candidatura do ex-deputado federal irmão Lázaro (PL) a vereador da capital foi ratificada ontem pela direção estadual do partido. Ídolo da música gospel e fenômeno de popularidade nas redes sociais, Lázaro chegou a figurar entre os cotados para a vice de Bruno Reis (DEM), mas a hipótese foi sepultada logo depois. No entanto, o PL manteve a ideia de ter Lázaro como puxador de votos para ampliar a bancada da sigla na Câmara Municipal, reduzida hoje ao vereador Isnard Araújo.

É vendaval...

Candidato do Podemos a prefeito de Salvador, o deputado federal Bacelar chamou atenção pela lista de bens entregue ao TSE. Não por causa da soma, de R\$ 427,7 mil, mas pelo tanto de grana na mão: R\$ 180 mil.

Denúncia contra bancos derruba bolsas internacionais

REPORTAGEM Denúncia envolvendo grandes bancos internacionais e o receio de uma segunda onda de covid-19 na Europa derrubaram ontem os mercados mundiais. A B3, a bolsa de valores de São Paulo, fechou em baixa de 1,32%, aos 96.990 pontos - o menor desde 3 de julho. O dólar, que chegou perto de R\$ 5,50, terminou o dia cotado em R\$ 5,40, em alta de 0,43% - a maior desde 31 de agosto.

Nos Estados Unidos, as bolsas de Nova York, que já registraram três semanas consecutivas de queda em setembro, tiveram mais perdas. O Dow Jones recuou 1,84%, para 27.147 pontos; o Standard & Poor's (S&P)

Também contribuiu para a queda o temor de uma segunda onda de contaminação do novo coronavírus, especialmente na Europa

500 caiu 1,16%, para 3.281 pontos; e o Nasdaq, que reduziu significativamente as perdas no final da sessão, mas recuou 0,13% e terminou em 10.778 pontos. O índice foi apoiado pela ação da Apple, que subiu mais de 3% depois de ter seu preço-alvo revisado para cima pelo Citi.

O movimento global foi uma reação ao escândalo de suposta movimentação de dinheiro sujo por grandes bancos, entre eles, JPMorgan, Deutsche Bank e HSBC (que negaram envolvimento). De acordo com uma reportagem de consórcio internacional de veículos de imprensa, mais de US\$ 2 trilhões de origem potencialmente ilícita foram transacionados no sistema financeiro internacional por quase duas décadas.

A notícia também influenciou as bolsas na Euro-

pa. Na Alemanha e Reino Unido, que têm bancos envolvidos no escândalo, os mercados caíram 4,37% e 3,38%, respectivamente. Além do segmento financeiro, as ações do setor de viagens, especialmente companhias aéreas europeias, espelham outro fator de risco que prevaleceu na sessão: a possibilidade de uma segunda rodada de lockdown após a retomada da covid-19 durante o verão europeu, que chega ao fim hoje.

Com uma série de incertezas no radar, o índice de volatilidade VIX, considerado um termômetro do "medo" dos investidores, chegou a subir mais de 18% ontem. A busca por segurança levou a um recuo nos juros longos dos títulos americanos (Treasuries) e ao fortalecimento do dólar frente as principais moedas.

UE cobra compromisso do Mercosul com o meio ambiente

SUSTENTABILIDADE A União Europeia (UE) aguarda "um compromisso claro" do Mercosul para garantir que respeitará a seção de "desenvolvimento sustentável" do acordo comercial concluído em junho de 2019, mas ainda não assinado, afirmou ontem o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis

Dombrovskis.

"Um certo número de Estados membros e partes interessadas destacam questões sobre desenvolvimento sustentável no Mercosul [Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai], a adesão ao Acordo de Paris e o desmatamento, especialmente no Brasil", disse ele.

"Devemos levar essas questões a sério e a Comissão Europeia busca um compromisso claro dos países do Mercosul", acrescentou.

O ministro da Economia alemão, Peter Altmaier, avaliou que não haverá possibilidade de divisão do bloco sobre o acordo como o Mercosul.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3993	R\$ 5,4
Dólar Turismo	R\$ 5,37	R\$ 5,7
Euro turismo	R\$ 6,3494	R\$ 6,3518

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	96.990,719	-1,32%

POUPANÇA

22/09/2020	0,159%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1045,00

INFLAÇÃO

	Agosto	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,24%	0,70%	2,44%
INPC/IBGE	0,36%	1,96%	2,94%
IGP-M/FGV	2,74%	9,64%	13,02%

SUPERÁVIT

1,506B

de dólares é o resultado da balança comercial brasileira na terceira semana de setembro (de 14 a 20). O valor foi alcançado com exportações de US\$ 4,357 bilhões e importações de US\$ 2,851 bilhões.

Veículo: Correio

Data: 22/09/2020

Caderno:

Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Mais do que por palavras, o mercado financeiro fala pelos números, e eles indicam uma preocupação cada vez maior com a economia brasileira. Vários indicadores estão refletindo essa visão: o real é a moeda que mais se desvaloriza entre os emergentes, os juros futuros voltaram a subir, a bolsa opera abaixo dos 100 mil pontos, e o risco-país está em alta. O que mais pesa é o temor fiscal, pelo crescimento da dívida e a dificuldade de tramitação das reformas, mas também entrou no radar uma possível elevação da inflação. Os preços no atacado subiram muito, o IGP-M chegou a 18% em 12 meses até setembro, e o receio é de que haja repasse aos consumidores. O dólar é outra fonte de pressão.

— Estamos com posição cautelosa há três ou quatro semanas, com redução de risco e exposição. Se não houver o ajuste fiscal previsto, certamente você vai ter um impulso inflacionário porque a tendência do real também é desvalorizar. Isso tudo se reflete no mercado de juros — explicou Álvaro Bandeira, sócio e economista-chefe do banco digital modalmais.

Apesar de a inflação no atacado estar muito alta e os preços

dos alimentos terem subido, a inflação aos consumidores permanece baixa, em 2,44% pelo IPCA de agosto. Ainda assim, os juros futuros têm disparado e isso encarece o financiamento de longo prazo. A aposta do governo de destravar investimentos

em infraestrutura, por exemplo, fica mais difícil. Segundo levantamento feito pelo economista Fábio Giambiagi, com dados da Ambima, os títulos com vencimento em 30 anos saltaram de 3,6% em fevereiro, antes da pandemia, para 4,7% na última

O mercado fala pelos números

DESCONFIANÇA COM O BRASIL

	Dívida bruta (% do PIB)	Risco-país/CDS	Alta do dólar no ano
Brasil	86%	231	33%
Colômbia	51%	148	13%
México	53,8%	146	12,15%
Peru	26,9%	81	6,33%
Chile	27,5%	70	2,01%

Fonte: Tendências Consultoria

Editoria de Arte

sexta-feira. No ano passado, a taxa média foi de 4,1%.

ENCONTRO MERCADO

O economista Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria, acha que o mercado financeiro ainda está pegando leve com o governo por causa da proximidade das eleições municipais, que dificultam a condução do ajuste fiscal. Ele diz, no entanto, que depois disso o presidente Bolsonaro terá que se decidir: "Se ele não seguir pelo caminho do corte de gastos, os juros vão continuar subindo e a dívida ficará impagável", alertou. Enquanto a dívida do Brasil chegou a 85%, Chile, Colômbia, México e Peru têm endividamento médio de 39%. Nathan não vê espaço para ampliação de um programa de renda básica.

A QUEDA DE ONTEM

As bolsas tiveram mais um dia de quedas no Brasil e no mundo ontem. O que pesou nos mercados foram o aumento de casos de Covid em vários países europeus e as acusações de lavagem de dinheiro por grandes bancos, o que arrastou as ações do setor financeiro. O índice Ibovespa voltou ao mesmo patamar do início de julho, aos

96.991 pontos.

UMA LUZ, DUAS LUZES

Imagine uma vacina contra duas doenças? É isso que o cientista Miguel Nicolelis, da Duke University, está vislumbrando com a pesquisa brasileira, divulgada ontem, sobre a conexão da dengue com a Covid-19:

— Pode mudar tudo na pandemia. Porque já existem vacinas contra a dengue. Se estivermos certos, imunização contra a dengue pode levar à imunidade cruzada contra o coronavírus — disse o professor, que comanda o Comitê Científico do Nordeste.

Existem duas vacinas sendo testadas contra a dengue. A francesa provocou reação adversa, mas a japonesa, segundo o cientista, está na fase 3 e não apresentou problemas. O estudo foi divulgado ontem com exclusividade pela Reuters. Eles encontraram uma relação entre quem foi exposto ao mosquito da dengue com um certo nível de imunidade à Covid-19.

FÉRIAS

Entro em férias por três semanas. Este espaço será ocupado por uma coluna de notas escrita por Álvaro Gribel e Marcelo Loureiro.

Indústria apresenta ociosidade recorde

15,4% A indústria brasileira fechou o segundo trimestre deste ano com uma ociosidade recorde. O Produto Interno Bruto (PIB) do setor ficou 15,4% abaixo de sua capacidade produtiva, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), segundo a Agência Estado. O resultado representa o pior desempenho da série histórica da pesquisa, iniciada em 1998. A última vez em que as empresas usaram toda sua capacidade produtiva foi no último trimestre de 2013.

Com a recuperação da produção vista por pesquisas setoriais desde o último mês de maio, é esperada uma redução na ociosidade do setor neste terceiro trimestre (até o final de setembro), mas a previsão é apenas a de voltar aos níveis pré-pandemia - entre 5% e 7% abaixo do potencial produtivo, e longe de recuperar o que foi perdido na recessão anterior, que se estendeu de 2014 a 2016.

Tribunal determina fim da greve nos Correios

TXT C/ SINALIZADOR O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu ontem que os funcionários dos Correios têm direito a receber um reajuste salarial de 2,6%, mas devem retomar as atividades a partir de hoje, sob pena de multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento da ordem judicial.

Os trabalhadores da estatal estão em greve desde 17 de agosto e, de acordo com o entendimento do TST, o movimento não foi abusivo. No entanto, os ministros da Seção de Dissídios Coletivos do TST - onde o caso foi deliberado - determinaram, por maioria de votos, que sejam descontados do salário da metade dos dias de greve, sendo que a outra metade deverá ser compensada.

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Simi-



DIVULGAÇÃO

lares (Fentect) criticou a decisão do TST, por entender que "o Judiciário voltou a agir como porta-voz dos Correios, compactuando com a retirada de direitos históricos da categoria".

A entidade disse que fará hoje reunião para "avaliação

do cenário" e que vai orientar os sindicatos filiados a manterem as assembleias que já estavam programadas "para que os trabalhadores possam analisar a proposta e decidir de forma coletiva e democrática sobre o resultado do julgamento".

Apesar da decisão, categoria ainda vai se posicionar hoje, após assembleias em todo o país

Data para pagar parcela do auxílio de R\$ 300 segue indefinida

BENEFÍCIO Há cerca de 20 dias, o Governo Federal publicou o texto da Medida Provisória que prorroga o auxílio emergencial por mais quatro meses. Porém, até ontem ainda não havia sido divulgado o cronograma de pagamento para todos os tipos de beneficiários.

Até o momento, apenas os inscritos no Bolsa Família começaram a receber. Ontem, a Caixa começou a pagar uma nova parcela de R\$ 300 a 1,6 milhão de beneficiários, todos incluídos no cadastro do Bolsa Família. Por outro lado, para os trabalhadores que fazem parte

do Cadastro Único ou que se inscreveram no auxílio emergencial através do site ou do aplicativo, o calendário seguia indefinido.

As parcelas extras serão pagas apenas aos trabalhadores aprovados e não há possibilidade de novas inscrições.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 22/09/2020	Página:

Correio*

MERCADO MELHORA PREVISÃO DO PIB DO BRASIL PARA 2020

ESTIMATIVA A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,11% para 5,05%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há 17 semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua projetando expansão de 2,50% do PIB.

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) em 1,94% para 1,99% este ano e 3,01% para 2021.

NEGOCIAÇÃO DO TIKTOK NOS EUA RECUAM

APLICATIVO CHINÊS Criadora do aplicativo Tik Tok, a ByteDance, disse ontem que os negócios globais da plataforma se tornarão sua subsidiária. O comunicado segue na contramão das informações dadas pelas empresas americanas Oracle e Walmart no final de semana.

Segundo as empresas, elas e investidores norte-americanos teriam participação majoritária do aplicativo após um acordo ter recebido a "bênção" do presidente dos EUA, Donald Trump.

Ainda ontem, Trump disse em entrevista que não aprovaria a venda do Tik Tok para a Oracle e o Walmart se a ByteDance continuar como controladora do aplicativo. Segundo a Casa Branca - em guerra comercial com a China - o Tik Tok espiona os usuários enviando seus dados para conhecimento e controle do governo de Pequim.

ANDROID NO BRASIL

136 BILHÕES

de reais é a contribuição do sistema android (para smartphones) na geração de receitas de empresas brasileiras. O valor representa aproximadamente 2% do PIB brasileiro em 2019. O número pe fruto de trabalho da consultoria Bain & Company, que diz também que a cadeia de valor direta do Android no país inclua 630 mil empregos.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 22/09/2020	Página: 02

Tribuna

Atividades da CMS I

Em reunião extraordinária, conjunta, as comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Cultura e Planejamento Urbano e Meio Ambiente apreciaram os pareceres dos relatores sobre três projetos do Executivo que tramitam na Câmara Municipal: o PLE nº 211/2020, que regulamenta em Salvador a Lei Aldir Blanc, prevendo benefícios para pessoas físicas e jurídicas do setor cultural; o PLE nº 212/2020, que prorroga o auxílio Salvador por Todos, em função da continuidade dos impactos econômicos provocados pela pandemia da Covid-19; e o PLE nº 173/2020, que adia por mais um ano os benefícios fiscais para obras e reformas, instituídos no ano passado.

Atividades da CMS

II

Após os pedidos de vistas, os vereadores aguardam a devolutiva para deliberar os pareceres. Ainda nesta semana será definida a data da votação. Com relação ao PLE nº 201/2020, que institui um plano de medidas tributárias e fiscais, incluindo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), para cidadãos e empresas, também como forma de enfrentamento aos impactos econômicos do novo coronavírus, o parecer não chegou a ser discutido.

ADMINISTRATIVA

Congresso pode ampliar mudanças na reforma

HENRIQUE GOMES BATISTA, DE O GLOBO

A reforma administrativa apresentada pelo governo Jair Bolsonaro segue o modelo adotado em diversos países desenvolvidos com forte tradição na oferta de serviço público de qualidade. Especialistas ponderam, entretanto, que a proposta encaminhada ao Congresso este mês não aborda ainda problemas tipicamente brasileiros, como o elevado número de servidores comissi-

onados, que podem ser indicados livremente pelo governo.

Enquanto a França, tradicional exemplo da burocracia brasileira, tem de 700 a 900 cargos de livre nomeação, no Brasil, há 12.563 postos dessa natureza, segundo dados da Frente Parlamentar Mista da reforma Administrativa. A expectativa é que pontos como este sejam incluídos no debate durante a discussão da proposta no Congresso.

— O Brasil possui uma quantidade de livre no-

meação absurda frente aos países de referência e não faz processos seletivos para alta direção em busca dos melhores profissionais — diz Felipe Drumond, consultor da Frente Parlamentar e integrante do Republica.org, ONG sobre gestão.

Do volume total de cargos comissionados existentes na estrutura pública brasileira, metade é de indicação exclusiva para servidores. Em países como Inglaterra, Canadá ou EUA, esse número é bem menor e a

nomeação não é 100% livre. O indicado precisa passar por uma seleção ou sabatinas. No Chile há até exame psicológico para estas vagas.

Ao contrário de outras reformas, porém, analistas ponderam que a mudança de regras para servidores não se esgota em uma única Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e terá de ser encampada como projeto de Estado para avançar em peculiaridades das regras do funcionalismo no país.

Proposta não está absorvendo muitas novidades

Segundo o professor Marcelo Marchesini, do Insper, a proposta do governo não está absorvendo as novidades que surgem em países avançados, como gestão em rede, citando como exemplo a reforma promovida no estado americano do Oregon, onde eficiência e profissionalismo ganham mais peso, no lugar das tradicionais indicações políticas.

— O fato de o governo não indicar mudanças no sistema de preenchimento de cargos comissionados é problemático, pois podem ser mantidas as nomeações políticas, pouco eficientes — afirma. — A reforma não menciona a seleção. Fala em manter concursos públicos, o que é em princípio desejado em termos de impessoalidade. Mas eles têm muitas falhas, qualidade duvidosa, provas mal elaboradas, processos caros e demorados. E é preciso repensar a seleção.

Humberto Falcão, professor da Fundação Dom

Cabral, que foi secretário de Gestão do governo federal, afirma que a seleção de servidores por concurso, onde se premia apenas o conhecimento já está sendo revisada em todo mundo.

— A seleção deve considerar não apenas conhecimentos, mas vocações, habilidades, atitudes e perfis psicológicos — diz Falcão.

O especialista afirma que também é preciso repensar a estabilidade, que no Brasil é garantida a 93% dos servidores. Na França, essa garantia é dada para 80% do corpo de funcionários. Na Alemanha, a maior economia da Europa, a taxa é de 40%, enquanto na Inglaterra gira em torno de 9%.

Para Falcão, não há justificativa para a proposta de reforma do governo não prever mudanças mais efetivas neste quesito e que atinja os atuais servidores públicos.

— Claro que precisamos dar estabilidade ao di-

plomata para ele ter autonomia, mas não precisamos para o ascensorista e motorista do Itamaraty — afirma.

Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Emprego do Ministério da Economia, afirma que o governo buscou inspiração nas melhores práticas internacionais ao elaborar o pacote apresentado ao Congresso e que será executado em etapas: primeiro a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com regras gerais para os futuros servidores, seguida de Projetos de Lei específicos para regulamentar questões como gestão de desempenho e regras de remuneração.

Lenhart pondera que, ao contrário do que ocorre em outras reformas, não é possível esgotar todos os assuntos relativos à reforma administrativa em uma única PEC.

— Em Portugal, a reforma administrativa começou a ganhar tração em 2009 e segue avançando. E só foi

para a frente por ter se tornado uma questão de Estado, avançou em governos de direita e de esquerda — diz.

O secretário defende que algumas mudanças precisam ser sugeridas após a alteração constitucional, citando o caso da redução da estabilidade e de uma reorganização dos cargos comissionados. E cita Portugal novamente como exemplo:

— Os portugueses têm apenas três carreiras gerais, além das específicas. Nós temos no governo federal 47 planos, 117 carreiras e mais de dois mil cargos — disse. — Estamos fazendo o primeiro passo que é a mudança da estrutura federal com bases mais modernas e, com ela, viremos com outros projetos que vão regulamentar estes pontos.

O deputado Tiago Mi-traud (Novo-MG), presidente da Frente Parlamentar, diz que o Congresso será muito atuante em propor e aprofundar alguns pontos da reforma.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 21/09/20	



MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA DE SALVADOR CRESCEU 13% EM JULHO



admin 21 Setembro, 2020

Em julho de 2020, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), expandiu 13%, frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais.

O resultado exibido neste indicador em relação a junho de 2020 foi determinado, pela aceleração da atividade econômica na capital baiana, sentida em quatro, das cinco variáveis que compõem o indicador. Mesmo com a pandemia, esse mês foi marcado pela retomada gradual de algumas atividades, que impulsionaram a movimentação de passageiros dentro da cidade e no Aeroporto Internacional de Salvador – Dep. Luís Eduardo Magalhães.

Em sentido oposto, o indicador apontou decréscimo de 34,4%, quando comparado com o mês de julho de 2019, acumulando no ano, queda de 25,5%. Em 12 meses, o índice caiu 14,6%.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 21/09/20	



Economia

Na parcial do ano superávit comercial supera barreira dos US\$ 41 bilhões

Resultado é 20,5% maior que o saldo de US\$ 34,097 bilhões registrado no mesmo período do ano passado

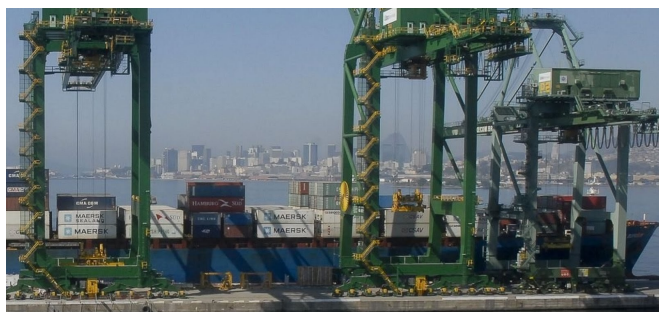


Foto : Tânia Rêgo/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 21 de Setembro de 2020 - 21:30

O Ministério da Economia informou hoje (21) que a balança comercial registrou superávit de US\$ 41,075 bilhão no acumulado deste ano, até ontem (20). O superávit acontece quando as exportações superam as importações.

O resultado é 20,5% maior que o saldo de US\$ 34,097 bilhões registrado no mesmo período do ano passado.

Este ano houve queda das importações, que recuaram mais do que as vendas externas no período. No acumulado deste ano, as exportações tiveram uma queda de 6,2% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já as importações recuo de 13,7% no mesmo período.

Veículo: Política Livre	
Data: 22.09.2020	Caderno: Economia



22 de setembro de 2020 | 07:55

MP-BA e MPF acionam Estado para impedir prorrogação de contrato de gestão do Hospital Espanhol

BAHIA

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e o Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram ação civil pública contra o Estado da Bahia e o Instituto Nacional de Tecnologia em Saúde (INTS). Na ação, pede-se que seja determinada a realização de chamamento público amplo e competitivo para a seleção de organização social para a gestão do Hospital Espanhol.

Em investigação conjunta, os ministérios públicos identificaram que a contratação no INTS para a gestão da referida unidade de saúde não se deu em contexto de ampla competição, o que propiciou a contratação de entidade que obteve baixa pontuação nos quesitos de capacitação técnica previstos no termo de referência.

Essa situação veio a ser corroborada por notícias posteriores, as quais indicaram problemas concretos na execução contratual. Constatou-se, ainda, que, contrariamente ao que determina a legislação que

disciplina a contratação de organizações sociais, o termo de referência e o contrato celebrado não estabelecem metas claras e objetivas para se aferir o desempenho da entidade selecionada.

Apontou-se, por fim, que o contrato firmado expressamente prevê a improrrogabilidade do ajuste, motivo pelo qual é descabida a celebração de aditivo estendendo o seu prazo de validade.

Por meio da ação proposta, o Ministério Público do Estado da Bahia e o Ministério Público Federal pretendem assegurar que a prestação de serviços de saúde no Hospital Espanhol se dê de maneira satisfatória e eficiente, garantindo-se integralmente o respeito à legalidade e aos direitos dos usuários, bem como a proteção do patrimônio público.

Veículo: Estadão	
Data: 22.09.2020	Caderno: Economia



Meio de pagamento não pode ser responsável pelo ICMS do estabelecimento vendedor

João Paulo M. Cavinatto, Daniel Loria e Rafaela Canito*

22 de setembro de 2020 | 08h00

João Paulo M. Cavinatto, Daniel Loria e Rafaela Canito. FOTOS: DIVULGAÇÃO

Com os crescentes avanços tecnológicos e acessibilidade da população à internet, o comércio eletrônico vem gradativamente ganhando espaço no Brasil e no mundo, trazendo a reboque um sem número de desafios tributários que vão desde dificuldades na fiscalização pelo Poder Público de operações realizadas em ambiente digital até novas dinâmicas de negócios que ignoram fronteiras físicas – como é o caso da comercialização de mercadorias digitais.

Esses desafios decorrem sobretudo da ausência de tratamento pelo sistema tributário tradicional e revelam cada vez mais a urgência de uma reforma tributária eficaz que acomode as novas tecnologias e seus impactos sobre as relações de consumo.

Enquanto a prometida reforma não vem, fato é que as medidas de combate à crise gerada pela pandemia do Covid-19, ao inibirem o

comércio tradicional em lojas físicas, trouxeram ainda mais protagonismo às operações realizadas via comércio eletrônico, o que vem estimulando uma movimentação preocupante por parte dos Estados brasileiros.

Para prevenir potencial perda de arrecadação de ICMS em virtude dos desafios tributários inerentes a esse processo de digitalização acelerada das atividades comerciais, no fim de abril, o Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de outros Estados como Bahia, Ceará, Mato Grosso e São Paulo, aprovou a Lei Estadual nº 8.795, por meio da qual, dentre outras providências, atribuiu responsabilidade tributária às plataformas digitais (*marketplace*) que operacionalizem transações financeiras em determinadas operações por elas intermediadas.

Essa está sendo, inclusive, a linha adotada em âmbito federal no Projeto de Lei 3.887/2020, que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS em substituição ao PIS e à Cofins. É atribuída responsabilidade tributária às plataformas digitais nacionais em operações de venda por pessoa jurídica no mercado interno não acobertadas por documento fiscal e às plataformas digitais estrangeiras em operações de importação de bens e serviços por pessoas físicas ou jurídicas. O argumento é de que tal medida seguiria recomendações da OCDE para adequação do sistema de tributação do consumo à economia digital.

Sem entrar no mérito da legitimidade da responsabilização tributária dessas plataformas no ordenamento jurídico brasileiro, o Rio de Janeiro foi além, incluindo entre os responsáveis tributários também as administradoras e credenciadoras de cartões de crédito e débito, que sequer figuram como contribuintes do ICMS. Na realidade, as

administradoras e credenciadoras de cartão atuam meramente na cadeia de agentes de pagamento e, por essa razão, não possuem qualquer ingerência sobre o negócio ou o ato mercantil que gera a obrigação de recolhimento do imposto.

Embora a Lei Fluminense ainda dependa de regulamentação para que passe a valer, o debate acerca dos limites constitucionais e legais para que um Estado atribua responsabilidade tributária a terceiros deve ser levantado desde já, sob pena de, no afã arrecadatário do Poder Público, proliferarem medidas estaduais de responsabilização de pessoas sem qualquer vinculação com a realização do fato gerador do imposto.

A vinculação do sujeito com o fato gerador do tributo é requisito fundamental exigido pelas leis complementares que regulamentam o tema. Inclusive, a leitura combinada do Código Tributário Nacional com a própria Lei Kandir demonstra que, para que seja possível atribuir responsabilidade tributária a terceiros, além da vinculação com o fato gerador, é essencial que o terceiro seja contribuinte do imposto ou, ao menos, depositário das mercadorias comercializadas e, além disso, pratique atos ou omissões que concorram para o não recolhimento do tributo.

Ora, administradoras e credenciadoras de cartões não são contribuintes do ICMS, não atuam como depositárias das mercadorias comercializadas e sequer têm controle sobre a natureza das operações, cujos pagamentos são realizados pelos meios que disponibilizam.

O portador passa o seu cartão no equipamento instalado no estabelecimento comercial cadastrado com a credenciadora (maquininha POS, TEF, VAN e outras). A partir deste momento, há um

fluxo financeiro que, resumidamente, envolve o pagamento do valor bruto pelo portador (no débito ou crédito) e a liquidação financeira do valor da transação, menos uma taxa, para o estabelecimento (no prazo previsto na regulamentação). A credenciadora do cartão retém uma parte da taxa cobrada do estabelecimento, não podendo deixar de liquidar o valor da transação, não tendo capacidade econômica para suportar o encargo do ICMS.

A credenciadora, portanto, não tem ingerência na atividade empresarial do estabelecimento, nem muito menos conhecimento suficiente acerca do cumprimento das obrigações fiscais em cada município e estado em que os estabelecimentos da sua rede operam.

Tamanha a relevância desse tipo de medida e exatamente para prevenir abusos do legislador ordinário e do Poder Executivo é que a Constituição Federal delega à lei complementar a competência para tratar da definição de sujeito passivo de tributos. No Brasil, a Constituição Federal exige quórum de maioria absoluta dos parlamentares para aprovação de leis complementares, enquanto a lei ordinária exige apenas a maioria simples para ser aceita.

Assim, a atribuição de responsabilidade a terceiro não contribuinte do ICMS e não vinculado à realização do fato gerador do imposto, como é o caso das administradoras e credenciadoras de cartões de crédito e débito, é não apenas ilegal, como também inconstitucional e deve ser completamente rechaçada.

***João Paulo M. Cavinatto é advogado e sócio da área de Direito Tributário no BMA – Barbosa, Müssnich, Aragão**

***Daniel Loria é advogado e sócio da área de Direito Tributário no BMA – Barbosa, Müssnich, Aragão**

***Rafaela Canito é advogada da área de Direito Tributário no BMA – Barbosa, Müssnich, Aragão**

Veículo: Estadão	
Data:22.09.2020	Caderno: Economia



Entenda a Contribuição sobre Bens e Serviços, proposta pelo governo federal no âmbito da reforma tributária

Mariana Vale Darwich Apgáua e Barbara das Neves*

21 de setembro de 2020 | 09h41

Como amplamente noticiado, no dia 21 de julho o governo federal apresentou a primeira fase do seu projeto de reforma tributária. Trata-se do Projeto de Lei nº 3.887/2020, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, em substituição às contribuições ao PIS e à COFINS.

Em regra, a nova contribuição incidirá à alíquota de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta operacional, sendo possível concluir que o tributo não incidirá sobre outras receitas que não guardem relação com a atividade ou objeto principal do contribuinte, a exemplo do ganho de capital. No caso das importações, foi mantida a incidência sobre o valor aduaneiro.

Vale destacar que consta expressamente no art. 7º do PL nº 3.887/2020 a exclusão do ICMS, do ISS e da própria CBS de sua base de cálculo, além dos descontos incondicionais. Essa previsão provavelmente encerrará as discussões acerca da inclusão de tributos na base de cálculo da contribuição incidente sobre a receita.

A nova contribuição pressupõe a apuração na sistemática não-cumulativa, mas com mudanças significativas. Em síntese, o PL propõe a adoção do critério de crédito financeiro. Ou seja, será possível a apropriação de créditos da CBS sobre a totalidade das aquisições de bens e contratação de serviços, não havendo mais a necessidade de observância do enquadramento da despesa ao conceito de insumo e a relação de essencialidade com exercício da atividade econômica do contribuinte. Tal previsão também deve encerrar divergências atuais quanto ao direito à apropriação de créditos no conceito de insumos, porém, pressupõe a aquisição de determinados itens que se enquadrem nos conceitos de produtos ou serviços, podendo existir discussões sobre a cessão e licenciamento de direitos.

Apenas instituições financeiras e entidades equiparadas foram mantidas em uma sistemática semelhante à da cumulatividade do PIS e da COFINS, sujeitas a alíquota da CBS de 5,8%, sem a possibilidade de creditamento.

Nos termos do art. 9º do PL, a única exigência para o creditamento seria o destaque da CBS no documento fiscal relativo à aquisição do bem ou da contratação do serviço. Inclusive, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o ICMS e, com o objetivo de resguardar o adquirente ou tomador do serviço de boa-fé, o PL prevê a possibilidade de apropriação do crédito inclusive quando a documentação fiscal é considerada inidônea, desde que comprovada a ocorrência e validade da operação.

Em relação a algumas operações desoneradas (como a ZFM e áreas de livre comércio) e exportações, há tratamento especial, principalmente no que se refere à possibilidade de apropriação de créditos. No entanto,

carece o PL de uma completa definição do que seriam as operações de importação e exportação de serviços.

Ainda, de acordo com o PL, será possível a compensação dos saldos credores da CBS com outros tributos federais, inclusive, com contribuições previdenciárias, ou o ressarcimento em dinheiro ao contribuinte. Nesse ponto, o PL é omissivo quanto ao prazo para o ressarcimento dos créditos, o que se espera que seja suprido em eventual aprovação pelo Congresso Nacional com fixação de prazo máximo para a restituição, conforme proposição do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Indo adiante, a CBS inevitavelmente acarretará a majoração da carga tributária de determinados setores, em virtude da extinção dos benefícios fiscais, como o caso dos livros e entidades do terceiro setor, assim como o aumento de alíquotas do setor de serviços.

Atualmente, grande parte dos prestadores de serviços está sujeita ao recolhimento do PIS e da COFINS à alíquota de 3,65%. Com a entrada em vigor da CBS, o setor de serviços ficará sujeito à alíquota de 12%, sendo que seu principal custo (mão de obra e folha de salários) não possibilitará a apropriação de créditos, nos termos da sistemática da não cumulatividade.

Uma inovação no PL é o tratamento dado às plataformas digitais, tanto as localizadas em território nacional quanto aquelas localizadas no exterior, que ficarão responsáveis pelo recolhimento da CBS nos casos em que o vendedor ou o prestador não realizem a emissão do documento fiscal pertinente.

Assim, não há dúvidas de que o projeto possui aspectos positivos, como a redução do contencioso tributário (concessão de crédito de forma ampla e a exclusão de tributos de sua base de cálculo), além da simplificação da apuração e do cálculo do tributo. Contudo, devem ser destacados alguns pontos que exigem reflexão, como (i) o provável aumento da carga tributária para o setor de serviços (principalmente os serviços prestados para consumidores finais que não se apropriam de créditos da CBS); (ii) a precarização do trabalho, já que a mão de obra, principal custo do setor dos serviços, não ensejará a apropriação de créditos; (iii) a retirada drástica de diversos incentivos fiscais que fomentam setores essenciais à economia e ao desenvolvimento do país, como os setores de saúde e educação.

Por fim, mas não menos importante, deve ser destacado o fato de que, da forma como foi proposta a criação desta nova contribuição, no caso de aprovação de reforma tributária mais ampla, a CBS poderá ser somada ao ICMS e ao ISSQN para formação de um único tributo incidente sobre o consumo (IBS), nos moldes do IVA adotado por diversos países. Neste sentido, a alíquota final de um futuro IBS poderá resultar em uma das maiores tributações sobre o consumo do mundo, aumentando a desigualdade vivenciada pela sociedade brasileira.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Auxílio emergencial: nenhum real a menos

Redução de R\$ 600 para R\$ 300 significa a miséria para milhões de famílias

Há no Brasil um impasse entre preservar a proteção econômica à população afetada pela pandemia do coronavírus, por um lado, ou o archo da proteção social que levará ao aumento da fome, da miséria e da violência, por outro.

Agora esse impasse se manifesta na preservação do auxílio emergencial de R\$ 600 ou no corte à metade, como propõe o governo por meio de medida provisória. O que está em disputa são R\$ 300 a mais ou a menos nas mãos da população mais vulnerável.

A escolha entre um caminho e outro marcará os rumos da nossa história. E essa escolha depende da decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em colocar em votação o MP e dos parlamentares em aprovar a manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro. Seremos um país de miseráveis ou um país que conseguiu atravessar a pandemia de forma responsável e construtiva?

Novamente, as centrais sindicais, que defenderam em abril um auxílio de R\$ 500 quando o governo falava em apenas R\$ 200, se unem na luta para que o Brasil siga um caminho que mantenha a proteção econômica de quase 70 milhões de brasileiros e brasileiras.

Nossa luta está expressa na campanha, lançada em 17 de setembro último, pela manutenção do auxílio emergencial no valor de R\$ 600 até dezembro e de R\$ 1.200 para as mães chefes de família.

Estamos cientes do impacto fiscal que tal medida terá e passamos ao longo de manifestações imaturas e irresponsáveis que visam tão somente desgastar o governo. Mas estes que sustentam que o Brasil não tem recursos para estender o auxílio em seu valor integral não nos enganam. Ao contrário disso, consideramos que a melhor proteção para

o problema fiscal é a retomada da atividade econômica, que começa protegendo a renda que garante o consumo da população e sustenta a demanda das famílias.

Vamos além, afirmando que cabe ao governo investir em um desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, justo e cooperado, e viabilizar financiamentos de curto prazo com a implantação imediata de impostos progressivos sobre renda e riqueza.

Deve estar claro para todos que R\$ 300 não atendem às necessidades básicas de uma pessoa em um mês, ainda mais para uma família! O aumento do custo de vida tem corrido mais os rendimentos menores, especialmente pelo aumento dos preços dos alimentos.

Segundo o Dieese, o valor da cesta básica no Brasil varia entre R\$ 398, em Aracaju, e R\$ 540, em São Paulo, o que mostra que R\$ 300 mensais não são suficientes nem para a alimentação. E ainda é preciso colocar nessa conta moradia, saúde, transporte e educação, além de todas as outras necessidades.

O horizonte, nessa perspectiva de redução do auxílio emergencial, é o aumento de pessoas vivendo nas ruas, saques, revoltas e criminalidade, entre outras mazelas.

A continuidade do auxílio emergencial de R\$ 600, por outro lado, tem o potencial de conter esse cenário trágico. Estudos estimam que ele representa 2,5% do PIB (lembramos que o Brasil vem crescendo 1% ao ano), com mais de R\$ 220 bilhões injetados na economia através do sustento das famílias beneficiadas. Ou seja, além de garantir a subsistência e o consumo da população carente, ele mantém a atividade de micro, pequenas e grandes empresas. Por isso, defendemos e convidamos todas as organizações, entidades e movimentos sociais para se unirem a esse grande esforço de articulação e garantir ao povo o que lhe é de direito: um auxílio emergencial decente, de R\$ 600, no mínimo até dezembro. Nenhum real a menos!

Miguel Torres, presidente da Força Sindical; Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores); Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); Ricardo Patãh, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores); José Calixto Ramos, presidente da NCS (Nova Central Sindical de Trabalhadores); e Álvaro Egea, secretário-geral da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

[...]

Segundo o Dieese, o valor da cesta básica no Brasil varia entre R\$ 398, em Aracaju, e R\$ 540, em São Paulo, o que mostra que R\$ 300 mensais não são suficientes nem para a alimentação. E ainda é preciso colocar nessa conta moradia, saúde, transporte e educação, além de todas as outras necessidades

Amor em tempo de pandemias

Solidariedade entre os povos poderá salvar a nossa espécie de calamidades

Pedro Monzón

Cônsul-geral de Cuba em São Paulo

Amor solidário entre pessoas e países é o único remédio efetivo contra a Covid-19 — e também contra outras pandemias que nos ameaçam permanentemente, como as guerras, a miséria, o consumismo em excesso e as mudanças climáticas, que derretem polos e tiram territórios, provocando destruição gradual de espécies e de nossa sublime natureza.

A solidariedade, em complicitade inevitável com a razão, é a única garantia de supervivência humana em um estado de paz e felicidade plena. Deveríamos estar convencidos de que, mesmo conscientes de que o mercado e a geopolítica são parte inevitável da nossa realidade, essa quimerica há de ser o motor da busca permanente de toda ação humana em qualquer terreno, sem a interferência prejudicial de ideologias e políticas.

Hoje, a Covid-19, uma agressão microscópica incontrolável, pôs em xeque a nossa espécie. É um alerta ante o qual todos devemos reagir.

Mesmo quando sabemos que sozinhos não somos capazes de deter tais tragédias, nossa pequena ilha do Caribe, apesar das dificuldades econômicas geradas pela combinação do bloqueio e da pandemia, se une a alguns protagonistas sensatos no planeta para fazer tudo o que está ao alcance com seus profissionais de saúde. Durante décadas Cuba auxiliou muitos países, sobretudo do hemisfério Sul e, com o avanço da pandemia, somou a este trabalho mais de 3.700 especialistas no combate de epidemias gra-

ves e de doenças derivadas de desastres naturais. Esses especialistas estiveram presentes em 46 nações e territórios autônomos que, neste momento, incluem países desenvolvidos, como Itália e Andorra. Trata-se das brigadas Henry Reeve, que reúnem no total mais de 7.000 especialistas voluntários, treinados em muitas missões desde a sua criação, em 2005 — que inclui, entre outras, o perigoso combate ao ebola na África.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) e a OPS (Organização Pan-Americana da Saúde), seguramente com a intenção de unir esforços internacionais e estimular projetos similares, reconheceu a importância desses gestos de Cuba, e a organização mundial InterAcademy Partnership (IAP) criou a IAP Covid-19 Expert Group, com oito especialistas cubanos de um total de 20 membros selecionados.

Seu propósito é enfrentar a pandemia sobre a base de um conceito científico que inclui o estudo de suas consequências sobre a saúde, a sociedade e o ambiente. Reconhece-se que os especialistas da ilha, entre outros talentos peritos de todo o planeta, podem contribuir muito graças à ampla e intensa experiência no enfrentamento de fenômenos desse tipo — além dos resultados exitosos que obtiveram em seu país no controle nacional da pandemia, devido à aplicação de protocolos integrais e à utilização de medicamentos novos e eficazes que, muito em breve, incluirão uma vacina profilática.

[...]

Mesmo quando sabemos que sozinhos não somos capazes de deter tais tragédias, nossa pequena ilha do Caribe, apesar das dificuldades econômicas geradas pela combinação do bloqueio e da pandemia, se une a alguns protagonistas sensatos no planeta para fazer tudo o que está ao alcance com seus profissionais de saúde

dos em muitas missões desde a sua criação, em 2005 — que inclui, entre outras, o perigoso combate ao ebola na África.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) e a OPS (Organização Pan-Americana da Saúde), seguramente com a intenção de unir esforços internacionais e estimular projetos similares, reconheceu a importância desses gestos de Cuba, e a organização mundial InterAcademy Partnership (IAP) criou a IAP Covid-19 Expert Group, com oito especialistas cubanos de um total de 20 membros selecionados.

Seu propósito é enfrentar a pandemia sobre a base de um conceito científico que inclui o estudo de suas consequências sobre a saúde, a sociedade e o ambiente. Reconhece-se que os especialistas da ilha, entre outros talentos peritos de todo o planeta, podem contribuir muito graças à ampla e intensa experiência no enfrentamento de fenômenos desse tipo — além dos resultados exitosos que obtiveram em seu país no controle nacional da pandemia, devido à aplicação de protocolos integrais e à utilização de medicamentos novos e eficazes que, muito em breve, incluirão uma vacina profilática.

Trata-se de que nos unamos mais, que possamos dar o que cada um de nós for capaz para salvar a nossa espécie das calamidades que agora parecem remotas, mas que contêm graves perigos potenciais. A Covid-19 já nos surpreendeu, pegou-nos desprevenidos. Para esse nobre empenho, sempre se pode contar com Cuba!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para sl. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Cultura

Parabéns ao secretário Mario Frias pelo artigo "Cem dias de cultura para todos" (Tendências / Debates, 21/9). Foram cem dias sem privilégios e sem patrulhamentos, diferente de uma época de aparelhamento do Estado. A grita vem de setores acostumados ao dinheiro público fácil e para poucos. Basta. Queremos um Estado moderno e competitivo.

João Braga (Marília, SP)

Que piada. O financiamento que a Lei Rouanet prevê é de isenção fiscal, ou seja, privado. Praticamente nunca houve financiamento público no país, porque não há legislação que o preveja. E o auxílio da Lei Aldir Blanc vem do próprio Fundo da Cultura. Ou não sabe nada da pasta ou é mau-caratismo.

Cristiane Oshima (São Paulo, SP)

Ora, ora... bolsonarista usando a Folha de S.Paulo para se expressar? Não é a Folha o demônio para esse governo? Uma hipocrisia mesmo este governo.

Gerson Freire do Nascimento (Guaruja, SP)

Ambiente e queimadas

"Ao STF, Heleno diz que governos e personalidades estrangeiras mentem sobre Amazônia para derrubar Bolsonaro" (Ambiente, 21/9). Esses generais do governo Bolsonaro mentem com a maior cara de pau para defender o indefensável. De propósito ou não, mostram, mais uma vez, a real estatura moral das Forças Armadas brasileiras — baixa, muito baixa. Se alguém acreditou que elas haviam melhorado, já não acredita mais.

Luiz Otavio Teixeira Mendes (Rio de Janeiro, RJ)

Todos nós temos a obrigação de proteger a floresta amazônica para não repetirmos com ela a destruição feita, a troco de nada, na mata atlântica.

Osmar Carneiro (Recife, PE)



Queimada na região do Pantanal

Mauro Pimentel - 12.set.20/APP

O mundo todo marcha com o passo errado. Só o general Heleno marcha com o passo certo. O Brasil merece governantes mais capazes, lúcidos, iluminados pela ciência e responsáveis pelo patrimônio ambiental e cultural a ser deixado às gerações futuras.

Fernando Hintz Greca (Curitiba, PR)

Que falta de visão do governo, que poderia estar arrecadando milhões com os parques ("Devastado pelo fogo, parque das onças em MT tem orçamento de R\$ 45 mil e apenas um funcionário", Ambiente, 20/9). O negócio é privatizar, pois a iniciativa privada cuidaria muito melhor dessas áreas.

Gabriel Saraiva (Curitiba, PR)

Trainee para negros

Meu sonho é trabalhar no Magazine Luiza. As atitudes e postura da senhora Luiza Trajano são uma inspiração, um exemplo a ser seguido. Parabéns pela iniciativa e sucesso ao projeto ("Não vamos desistir", diz Luiza Trajano após ataques a trainee para negros na Magalu", Mercado, 21/9).

Lígia de Almeida Silva (Santos, SP)

Quem critica o programa é porque não conhece o instituto das ações afirmativas.

Luiz Neto (Varginha, MG)

Censura

Puritanismo anda junto com reversão ("Governo pede censura de 'Lindinhas' e apuração de pornografia infantil por Netflix", Ilustrada, 21/9).

Paula Cunha Canto de Miranda (Brasília, DF)

Tive a oportunidade de assistir parte de um capítulo e, sem falso puritanismo, achei as cenas das crianças rebolando um pouco ousadas demais. Como pai e avô, acho que as crianças devem ser mais bem conduzidas.

Rinaldo Bastos Vieira Filho (Belo Horizonte, MG)

A Netflix agradece pela extensa divulgação do filme, que agora virará manchete em todos os grandes jornais e revistas, além de assunto nas mais diversas rodas conservadoras e religiosas. O engrandecimento que o governo não aprendeu nada com o desfecho das críticas ao Porta dos Fundos e repete a mesma estratégia falida. A intenção é continuar "bem na fita" com os conservadores e conseguir a reeleição?

Leandro Piva (Foz do Iguaçu, PR)

Não assisti ao filme e não vou fazê-lo, mas mostrar cenas eróticas para denunciar a erotização é pretender que todo espectador compre o abstrato e despreze o concreto.

José Tadeu Barros (Poços de Caldas, MG)

Damares

"Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos" (Cotidiano, 21/9). Já passou da hora de as pessoas de bom senso tomarem posição. O Estado é laico. Não dá para aceitar essa imposição religiosa. Faltos moralistas. Atente-se leitor, antes que seja tarde.

Luiz Cleydson Segantini (Itajaí, SC)

Mais um grave crime deste desgoverno, com que certeza, como tantos outros, não vai dar em nada.

Silvana Gondim Uchoa Araújo (Teresina, PI)

Esse assunto tem que ser investigado. Não pode ser esquecido. Este governo discursa contra ideologia, mas é o mais ideológico de todos.

Marcelo Guimarães (Belo Horizonte, MG)

Ditaduras

A velhinha de Taubaté deve estar feliz por saber que o secretário de Estado dos EUA, às vésperas da eleição em seu país, está preocupado com a ditadura venezuelana ("A menos de 50 dias da eleição, secretário dos EUA visita Brasil para atrair voto latino", 19/9). Teve o apoio do ministro Araújo, também um campeão na defesa da democracia... Só não houve jamais pressão sobre a Arábia Saudita, a Nicarágua sob Somoza, Cuba sob Batista e outras ditaduras amigas.

Carlos Brisola Marcondes (Florianópolis, SC)

ERRAMOS

eramos@grupofolha.com.br

PODER (20.SET., PÁG. A6) Diferentemente do publicado em "Ninguém quer tomar espaço só porque é negro, diz Benedita", a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) tem 78 anos, não 57.

MUNDO (19.SET., PÁG. A20, E 20.SET., PÁG. A13) As reportagens "Em Roraima, Pompeo acusa ditador venezuelano de fabricar crise" e "Ernesto Araújo rebate Maia e afirma ter orgulho de trabalhar com os EUA" afirmaram incorretamente que Mike Pompeo disse a frase "Vamos tirar-lo [Maduro] de lá" durante entrevista coletiva em Roraima, mas o secretário não deu essa declaração. O erro aconteceu porque o profissional contratado pela embaixada dos EUA traduziu de maneira incorreta o trecho.

mercado **coronavírus**

Brasileiro é dos que mais sentem a 'inflação da Covid', aponta estudo

Mudança de hábitos de consumo aumenta mais o custo de vida no Brasil do que em outros 17 países

Érica Fraga

SÃO PAULO O Brasil é um dos países nos quais as mudanças nos hábitos de consumo durante a pandemia do coronavírus mais pressionaram o custo de vida das famílias.

É isso o que mostra estudo do economista argentino Alberto Cavallo, professor da escola de negócios da Universidade Harvard, que comparou a inflação causada especificamente pelas consequências da crise sanitária com a variação capturada pelos índices de preços ao consumidor existentes.

Entre 18 nações emergentes e desenvolvidas analisadas pelo pesquisador, o Brasil registrou a maior disparidade entre o que ele batizou de "inflação da Covid" e o indicador oficial (o IPCA), em maio.

A diferença, no caso brasileiro, foi de 0,88 ponto percentual entre os dois índices acumulados em 12 meses, ante 0,89 ponto percentual nos Estados Unidos e no Uruguai. Em terceiro lugar, aparece a Coreia do Sul, com 0,49 ponto percentual.

Segundo Cavallo, o Brasil aparece no topo da lista por que apresentou uma combinação entre alta forte nos preços de alimentos (9% anuais em maio) e queda no custo de transporte (de 2,5%).

"Como as pessoas estão consumindo mais comida (com inflação) e menos transporte (com deflação), o índice da Covid ajustado tem mais inflação", disse Cavallo à Folha.

Ele resalta que, embora 12 dos 18 países analisados tenham apresentado padrões similares, a divergência entre as taxas de inflação setoriais brasileiras na pandemia tem sido maior e mais persistente.

De acordo com Cavallo, em julho, o índice de preços ajustado pelos efeitos da Covid ainda se mantinha 0,88 ponto percentual acima da inflação oficial no Brasil.

Para construir o índice de inflação relacionado à pandemia, o pesquisador registrou as mudanças nas tendências de consumo dos norte-americanos entre janeiro e abril, com base em dados de gastos com cartões que são disponibilizados em alta frequência por um projeto das universidades Harvard e Brown.

Cavallo, que é filho do ex-ministro da Economia da Argentina Domingo Cavallo, notou que os novos hábitos em decorrência da crise sanitária — como o maior distanciamento social — causaram significativa mudança no peso de diferentes grupos de bens e serviços na cesta de consumo.

O item "comida em casa" que representa 7,58% do índice de preços ao consumidor americano saltou para 11,28% no contexto da pandemia. A fatia do custo com o segmento imobiliário — já extremamente alta nos Estados Unidos — aumentou ainda mais, de 42,11% para 55,8%.

Na contramão desses movimentos, houve quedas de 15,74% para 6,25% no caso de transportes e de 8,83% para 5,6% em gastos com cuidados médicos.

Usando os novos pesos do contexto da pandemia, o economista construiu o índice de inflação da Covid-19 para os EUA e o comparou com o indicador oficial.

Assumindo que alterações similares nas tendências de consumo ocorreram em outros países, ele calculou as mudanças nos pesos dos diferentes itens que compõem a inflação nas demais 17 nações.

No Brasil, ele estimou um aumento no peso de alimentação em casa de 14,8% para

23,9%. Já a fatia representada por transporte caiu de 19,8% para 8,5%.

O pesquisador concluiu que, com as mudanças de pesos, os índices de inflação oficial têm subestimado o aumento real no custo de vida durante a pandemia na maior parte dos países. O estudo foi publicado pelo NBER (National Bureau of Economic Research), prestigiado centro de pesquisa americano.

No caso dos Estados Unidos, ele mostra que a inflação da pandemia tem pesado mais no bolso da população mais pobre, que destina uma parcela maior de sua renda a itens como alimentação.

Economista vê herança deflacionária no pós-pandemia

No Brasil, o arroz se tornou o vilão mais conhecido da inflação da Covid identificada pelo economista argentino Alberto Cavallo. Em decorrência de uma combinação de fatores, entre eles um aumento da demanda, o preço do cereal disparou.

A alta motivou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a pedir patriotismo aos donos de redes de varejo, o que, segundo ele, significaria não repassar o maior custo com o arroz para os preços do produto nas prateleiras até que a situação se normalizasse.

"Não existe tabelamento. Mas [estamos] pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais para a população seja próximo de zero", afirmou o presidente recentemente.

Além da reação de Bolsonaro, a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), do Ministério da Justiça, cobrou dos varejistas explicações sobre o aumento dos preços de itens da cesta básica.

Essas reações com ares de intervencionismo contrastaram com a decisão efetivamente tomada pelo Ministério da Economia de zerar temporariamente a tarifa de importação do arroz.

Ao baratear o custo para a compra do produto no exterior, a medida busca aumentar a competição no mercado interno, o que tende a reduzir os preços, sem causar distorções na economia.

"Essa foi uma boa solução para permitir que a oferta se ajuste ao aumento da demanda", afirma Carlos Kawall, diretor do Asa Bank e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Para o economista, muito do aumento nos preços de alimentos se deve ao pagamento do auxílio emergencial aos mais vulneráveis, como trabalhadores informais, nos últimos meses.

Mas esse efeito tende a ser transitório e deve perder força quando o benefício for interrompido, levando a economia a se acomodar em um novo patamar.

O economista diz não estar tão otimista com os sinais recentes de retomada da atividade no Brasil.

"O desemprego não dispa-

rou nesta crise porque muitas pessoas deixaram de procurar trabalho. Mas a ocupação despencou e pode demorar a voltar ao nível anterior à crise."

Dados divulgados na semana passada mostram que parte do represamento na procura por emprego começou a se desfazer. Mais de 1 milhão de brasileiros que tinham saído temporariamente da força de trabalho voltaram a buscar uma vaga, levando a taxa de desocupação a subir de 13,2% para 14,3% em uma semana.

Essa tendência deve estar associada ao menor recibo de contágio pelo coronavírus, mas também à proximidade do fim do auxílio. A combinação entre a suspensão da transferência emergencial e o desemprego alto deve reduzir a demanda, diminuindo a pressão sobre os preços que vinham em alta.

Além disso, para Kawall, muitas das mudanças de hábitos que devem perdurar após a pandemia — como o trabalho remoto, a redução de viagens de negócios e a realização de grandes eventos online — também terão efeito deflacionário.

Alberto Cavallo também acredita que as mudanças que, hoje, fazem com que os índices oficiais de preços não sejam um bom espelho do aumento de custo de vida nos últimos meses serão, em parte, revertidas após a pandemia.

"Eu espero que todas as categorias [de preços de bens e serviços] voltem ao normal, com exceção talvez do transporte, que pode permanecer mais baixo se as pessoas decidirem trabalhar mais de casa do que anteriormente", diz.

A provável transitoriedade nas distorções de preços, somada à reação do Ministério da Economia de reduzir tarifas de importação, amenizou o impacto negativo da cobrança de Bolsonaro por patriotismo aos varejistas.

"Acho que foi da boca para fora, embora seja mais um episódio lamentável que leva ao recibo de uma guinada da populista", afirma Kawall.

Livro aponta efeito deletério de controlar preço desde 2.000 a.C.

A história do Brasil e de outros países mostra que tentativas de controlar os mecanismos de oferta e demanda tendem a não surtir os impactos desejados e ainda causam efeitos colaterais indesejados.

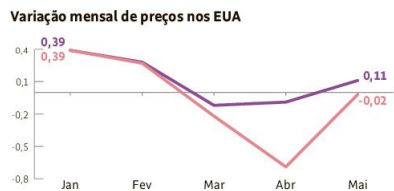
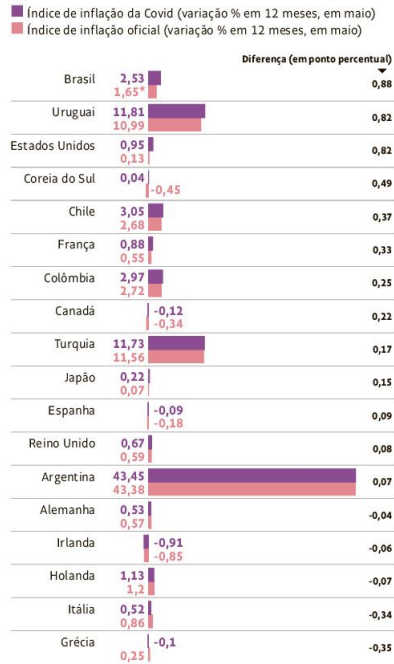
De acordo com o economista britânico Eamonn Butler, diretor do Instituto Adam Smith, controles de preços continuam sendo praticados porque seus efeitos negativos tendem a aparecer apenas a longo prazo.

"O suposto benefício — preços menores — é claro e óbvio para todos. Então, políticos desfrutam de aprovação pública imediata por ajudar os consumidores, particularmente os mais pobres", disse Butler à Folha.

Mas a redução de margens

Estudo mostra que índices oficiais de inflação subestimam o aumento de custos amargado pelas famílias na crise atual

Entre 18 países, Brasil registrou a maior distorção entre a inflação da Covid-19 e a variação no indicador de preços ao consumidor



* Os índices de preços ao consumidor que constam no estudo podem diferir um pouco dos indicadores dos países pois, embora use as séries oficiais dos subíndices da inflação, o economista construiu seus próprios agregados para uniformizar a metodologia. No caso do Brasil, o IPCA de maio, acumulado em 12 meses, foi 1,88%, um pouco acima do 1,65% apresentado no trabalho. Fonte: "Inflation with Covid consumption baskets", de Alberto Cavallo

FACULDADE
FIEPECAFI

4.000 anos de fracasso na tentativa de conter preços

ENTRE OS ANOS 2000 A.C. A 476

Babilônia

O Código de Hamurabi impôs um rígido controle sobre salários e preços. Chegava a detalhes como: "Se um homem contrata um trabalhador, então do começo do ano até o quinto mês ele deve lhe dar cinco grãos de prata por dia". O resultado foi um declínio severo do comércio no reino

Império Romano

Em 301, Diocleciano baixou o Edito Máximo, que estabelecia preços máximos para mercadorias. Quem fizesse estoques ilegais poderia ser condenado à morte. Isso não impediu a escassez de produtos e a disparada de seus preços

ENTRE A ERA MEDIEVAL E O INÍCIO DA MODERNA

Inglaterra

O governo reagiu à disparada de salários na esteira das milhões de mortes decorrentes da Peste Negra (1348), decretando seu congelamento. Isso contribuiu para graves tensões sociais

Índia

A morte de um terço da população após a quebra da safra de arroz, em 1770, é, parcialmente, atribuída à manutenção de preços fixos. Sem o efeito natural de racionamento causado por uma alta dos preços, os estoques acabaram rapidamente, levando milhões à fome

IDADE MODERNA

França

Durante a Revolução Francesa, o governo tabelou salários e preços, causando o surgimento de um enorme mercado clandestino, ao qual apenas os ricos tinham acesso. Isso fez com que a medida prejudicasse os pobres que ela visava a proteger

1ª GUERRA MUNDIAL

Alemanha

Sobre a ineficácia das medidas adotadas no país, o economista inglês John Hilton escreveu: "A Alemanha, o Estado organizado por excelência, se mostrou incapaz de fazer preços máximos resultarem em qualquer vantagem nacional"

ENTRE-GUERRAS

Brasil

Os desequilíbrios causados por medidas de estímulo à produção de café, que incluíram tabelamento de preços, na década de 1920, agravaram os efeitos da crise de 1929 no país

Alemanha

Adolf Hitler intensificou controles de preços existentes anteriormente no país. Mas nem os cerca de 7.000 decretos que tentavam conter reajustes e seus conhecidos efeitos colaterais impediram consequências negativas como o surgimento de um enorme mercado clandestino

Fonte: "Forty Centuries of Wages and Price Controls: How not to Fight Inflation", de Robert L. Schuettinger e Eamonn F. Butler

“Como as pessoas estão consumindo mais comida (com inflação) e menos transporte (com deflação), o índice da Covid ajustado tem mais inflação”

Alberto Cavallo professor da escola de negócios da Universidade Harvard

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painsa@grupofolha.com.br

Partida

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, mandou a equipe acelerar o cronograma da sétima rodada de leilões de aeroportos, aquela que inclui Congonhas e Campo de Marte, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro. O edital para chamar os estudos da concessão, que estava previsto para ser publicado só em março ou abril do ano que vem (depois dos leilões da sexta rodada), vai ser lançado agora no começo de outubro.

CHEGADA Não é a primeira vez que o ministro pede pressa. A decisão de colocar logo o processo na rua para evitar atraso no cronograma da sétima rodada está alinhada com as diretrizes determinadas para a concessão anterior.

POUSO Quando a pandemia começou, os estudos da sexta rodada protocolados no Tribunal de Contas da União levaram um cenário pré-coronavírus, mesmo com a consciência de que teria de ser atualizado depois para contemplar a queda na demanda.

ARREMETIDA Os leilões da sétima, com 17 aeroportos, estão previstos para o primeiro semestre de 2022.

FUMAÇA O turismo e a hotelaria, que vinha aos poucos se recuperando do baque da pandemia, começa a sentir outro golpe no Centro-Oeste com as queimadas no Pantanal. "A retomada está difícil e um desastre dessa proporção acaba atrapalhando ainda mais", diz Orlando de Souza, presidente do FOHB (entidade de operadores hoteleiros).

RESPIRO O setor acompanha com ansiedade a repercussão dos incêndios sobre o fôlego recente. A taxa de ocupação das redes de hotel na região Centro-Oeste vinha subindo de 14% em julho para 19% em agosto, o que ainda representa um patamar 70% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado.

MAPA Os prejuízos na indústria hoteleira persistem também fora do país. Pesquisa da AHLA (associação americana de hotel e hospedagem) diz que 74% dos estabelecimentos planejam demitir mais funcionários se não houver suporte adicional do governo dos EUA. Quase 70% afirmam que vão durar mais seis meses com o atual nível de ocupação.

DIPLOMA A empresa Pravalter, de crédito para a educação superior, teve aumento de 10% nas renegociações de dívidas de estudantes desde o início da pandemia, ante o mesmo período de 2019. A companhia permitiu a postergação de pagamentos por 60 dias entre abril e agosto, opção que foi usada por 2% da carteira.

COFRE A Cebrasse (entidade do setor de serviços) mandou uma carta a Eduardo Tuma (PSDB), presidente da Câmara de Vereadores, pedindo o arquivamento do projeto que pode elevar o ISS (Imposto sobre Serviços) de 2% para 4% na capital paulista para o setor financeiro no ano que vem.

CALCULADORA A entidade afirma que o município parece alheio ao iminente colapso econômico. Também diz que o aumento da tributação não seria revertido em mais arrecadação e provocaria uma perda de empregos.

NA BALANÇA Tuma diz que o projeto retira benefícios fiscais por prazo determinado para equilibrar a arrecadação da cidade, afetada pela crise do coronavírus e que pode sofrer com uma aprovação da reforma tributária. Ele afirma que o texto deve ser pautado e aprovado.

VERDE Com o avanço da ocupação ambiental no Brasil, a Hering vai criar um novo comitê para tratar de sustentabilidade. Segundo Fábio Hering, presidente da rede de moda, o grupo vai responder ao conselho de administração da empresa e traçar metas. O comitê também vai trabalhar questões ligadas a diversidade e empreendedorismo.

FOGO O Greenpeace lançou neste domingo (20) um protesto virtual contra as queimadas no Pantanal em que se destaca uma nota de R\$ 2,3 milhões. A cifra representa a quantidade de hectares devastados na região, afirma a ONG.

DEVASTAÇÃO A cédula virtual, criada pela agência de publicidade GUT, mostra uma onça caída e a mata em chamas. O símbolo da República aparece chamuscado pela fuligem provocada pelo incêndio.

HERANÇA As empresas não familiares têm investido mais do que as familiares em políticas de apoio a minorias LGBT e etnias. Também está menor nas empresas de dono o investimento em cuidados com saúde mental, segundo levantamento do Credit Suisse com 145 companhias familiares e 124 não familiares de Europa, Ásia, América do Sul e EUA.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%
*O prazo da competência de agosto venceu em 21 set. para empresas; para pessoas físicas, venceu em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o prazo na capital e Grande SP

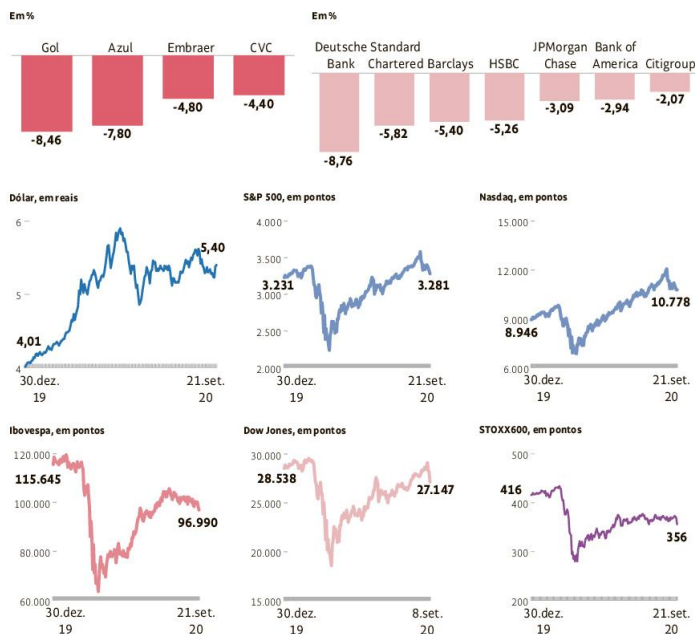
Empregado	De 7,5% a 14%	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Bolsas recuam com avanço do coronavírus na Europa

Empresas ligadas ao turismo tiveram forte desvalorização no pregão desta segunda (21)

E bancos perderam valor com reportagens sobre transações com dinheiro ilícito



Fontes: Bloomberg e CMA

Temor de nova onda do vírus na Europa derruba Bolsas e ações de turismo

No Brasil, papéis da Gol e da Azul caem cerca de 8%, e CVC, 4,4%; Ibovespa recua para 96 mil pontos, e dólar avança para R\$ 5,40

Júlia Moura

SÃO PAULO Temores de avanço da Covid-19 e da necessidade de aumento nas medidas de distanciamento social na Europa afastaram as Bolsas de Valores pelo mundo nesta segunda-feira (21).

Empresas ligadas ao turismo estiveram entre as mais afetadas. O índice de ações de viagens e lazer do continente europeu caiu 5,2%. No Brasil, os papéis da Gol recuaram 8,5%, para R\$ 18,40, e os da Azul, 7,8%, para R\$ 26. Embraer teve queda de 4,8% (R\$ 6,36), e CVC, de 4,4% (R\$ 16,52).

Além disso, as ações de bancos tiveram fortes quedas após reportagens denunciarem cerca de US\$ 2 trilhões (R\$ 10,80 trilhões) em transferências suspeitas por grandes credores.

O Ibovespa cedeu 1,3%, a 96.990 pontos, menor patamar desde 3 de julho.

A aversão ao risco valorizou o dólar. No Brasil, a moeda dos EUA subiu 0,4%, para R\$ 5,40, maior valor desde 31 de agosto. O turismo fechou a R\$ 5,70. Na sexta-feira (18), a divisa já havia disparado em meio a preocupações com a situação fiscal do país.

Nos Estados Unidos, o S&P 500 caiu 1%, o Dow Jones, 1,8%, e a Nasdaq, 0,13%. O índice europeu Stoxx 600 recuou 3,3%, pior tombo em três meses.

Wall Street tem sofrido fortes quedas últimas três semanas, com investidores se desfazendo de ações relacionadas ao setor de tecnologia, após uma recuperação que elevou o S&P 500 e o Nasdaq a novas máximas após ambos os índices terem despencado em março, quando as economias entraram em recessão.

No domingo (20), o ministro da Saúde do Reino Unido, Matt Hancock, disse que um

segundo "lockdown" nacional seria possível. Se a pandemia continuar no ritmo atual no Reino Unido, projeções indicam até 50 mil novos casos de coronavírus por dia até meados de outubro.

Nesta segunda, o primeiro-ministro Boris Johnson marcou uma reunião de emergência para esta terça (22) para discutir os próximos passos no combate ao aumento de casos de coronavírus. Johnson também deve fazer um discurso no Parlamento abordando o tema.

Na sexta, o primeiro-ministro disse não querer outro "lockdown" nacional, mas que novas restrições podem ser necessárias porque o país enfrentaria uma inevitável segunda onda de Covid-19.

"Londres tem um peso simbólico para a aviação global, com rotas vindas da Ásia e América do Norte. Nova York para Londres é uma rota nobre. Esperava-se um aumento do turismo agora no verão europeu, mas, com restrições na França, na Espanha e na Inglaterra, a demanda pode não ser mais a mesma", diz Ilan Abertman, analista da Ativa Investimentos.

Segundo ele, a expectativa de recuperação das empresas de turismo brasileiro está longe da demanda real. "Vemos um descompasso muito grande, longe de ser aquilo que Azul, Gol e CVC estimam para o final do ano."

A agência de estatísticas do Reino Unido disse que por volta de 6.000 pessoas por dia, apenas na Inglaterra, provavelmente pegaram a doença durante a semana de 10 de setembro, com base em testes aleatórios.

O Reino Unido teve o maior índice de mortes da Europa por Covid-19, com mais de 41 mil, segundo a contagem do governo.

O aumento recente de infecções ainda não levou a um crescimento similar em novas mortes — em parte porque os casos estão concentrados entre pessoas mais jovens —, mas as internações hospitalares estão começando a crescer.

Mais de 10 milhões de pessoas em partes do norte e da região central da Inglaterra já estão sob alguma forma de "lockdown", como proibição de convidar amigos ou familiares para suas casas ou visitar bares e restaurantes depois das 22h.

O avanço do coronavírus também impactou o preço do petróleo, que cedeu 3,22%, para US\$ 41,76 o barril do Brent (referência internacional). Além disso, investidores temem uma possível retomada na produção da Líbia, que ampliaria o excesso de oferta da matéria-prima.

As ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras cederam 3,46%, para R\$ 20,90.

Na Bolsa da Alemanha, o Deutsche Bank perdeu 8,7%, após relatórios apontarem que o banco alemão e demais instituições financeiras, como o HSBC, teriam ajudado suspeitos de terrorismo, traficantes de drogas autoridades estrangeiras corruptas a movimentar trilhões de dólares em todo o mundo, apesar das ocupações dos próprios bancos sobre a natureza suspeita das transações.

Os documentos, conhecidos como relatórios de atividades suspeitas (SARS, na sigla em inglês), foram obtidos pelo BuzzFeed News e compartilhados com um consórcio mundial de jornalistas. Os mais de 2.100 relatórios, apresentados pelos principais bancos dos Estados Unidos e internacionais, referem-se a mais de US\$ 2 trilhões em transações entre 1999 e 2017. Com Reuters

“ Londres tem um peso simbólico para a aviação global, com rotas vindas da Ásia e América do Norte. Nova York para Londres é uma rota nobre. Esperava-se um aumento do turismo agora no verão europeu, mas, com restrições na França, na Espanha e na Inglaterra, a demanda pode não ser mais a mesma

Ilán Abertman
analista da Ativa Investimentos

Resorts esperam recuperar receita só a partir de 2022

Dólar caro e medo de cruzeiro e avião podem acelerar recuperação, diz estudo

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O faturamento dos resorts brasileiros não vai voltar para os níveis pré-pandemia antes de 2022, mas a migração de turistas que desistem de fazer viagens internacionais e cruzeiros pode acelerar a recuperação desses hotéis.

Segundo dados do estudo "Recuperação dos resorts no Brasil", elaborado pela HotelInvest, Omnibees e STR, em 2020, os resorts brasileiros projetam queda de 61% na receita decorrente de eventos realizados nos hotéis e de 44% de hóspedes que viajam a lazer, na comparação com 2019. Em 2021, o faturamento de eventos ainda será 23% inferior ao pré-pandemia, e o de lazer, 10%.

Resorts são hotéis que oferecem uma gama maior de serviços a áreas de lazer. No Brasil, mais de 90% das pessoas que se hospedam em resorts vão para lazer, enquanto 10% ficam hospedadas para participar de eventos.

"Se a Covid-19 estiver totalmente controlada, 2022 será o

primeiro ano em que as pessoas vão conseguir viajar, haverá muita demanda reprimida. Os resorts servem a um público de maior poder aquisitivo, mais resistente à crise econômica. E, como o real deve ser manter desvalorizado, muitos dos que viajavam para o exterior fazem cruzeiros e migram para resorts", diz Pedro Cypriano, sócio-diretor da HotelInvest, que faz consultoria para hotéis e administra fundos de investimento no setor.

"Tudo isso deve compensar as perdas pela macroeconomia e crise sanitária, por isso vemos potencial de os números em 2022 superarem 2019."

Em 2019, brasileiros em viagens ao exterior gastaram US\$ 17,5 bilhões, segundo dados do Banco Central. Em julho deste ano, por exemplo, houve queda de 86% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Caso se concretize queda acentuada no gasto no exterior no acumulado de 12 meses de 2020 e parte disso migre para viagens domésticas em 2021, pode ter efeito muito positivo para hotéis no Bra-

sil, diz Cypriano.

No caso dos cruzeiros, no ano passado, 420 mil brasileiros fizeram esse tipo de viagem, e Cypriano acredita que parte passe a viajar para resorts no país.

Os resorts nacionais, aqueles acessados principalmente por avião, como os do Nordeste, devem encerrar 2020 com ocupação entre 22% e 29%, diante de 63% em 2019. Em 2021, a projeção é que a ocupação fique entre 44% e 59%.

Já os resorts regionais, nos quais a maioria dos hóspedes usa carro ou ônibus para chegar, como os localizados no interior de São Paulo, devem encerrar este ano entre 20% e 24% ocupados, diante de 42% em 2019. Para 2021, a projeção é de 30% a 41%.

E os chamados resorts híbridos, que recebem tanto hóspedes regionais como de outros estados, como os de Foz do Iguaçu e Gramado, tiveram desempenho um pouco melhor. Devem encerrar 2020 com ocupação entre 27% e 32%, diante de 63% no ano passado. Em 2021, estima-se que a ocupação fique entre

43% e 58%.

Os resorts regionais, como os do interior de São Paulo, são os que mais dependem de eventos. Com a pandemia, quase a totalidade dos eventos migraram para a internet, e nem todos vão voltar para o formato presencial após a crise. Segundo Cypriano, os hotéis já vinham reduzindo a dependência de eventos nos últimos anos.

"Estamos otimistas", diz Luís Ferrinho, presidente da Omnibees, empresa que faz gestão de reservas e presta outros serviços para mais de 5300 hotéis no Brasil.

Segundo ele, a porcentagem das pessoas que pesquisam sobre hotéis e acabam efetivando a reserva está crescendo, o que é um bom sinal. Antes, muitas ficavam apenas "sofrendo" com as viagens na internet, mas não reservavam. Em média, antes da pandemia, eram feitas 50 mil reservas por dia em todos os tipos de hotel. No pior momento, em abril, o número de reservas caiu para 2.000. Agora, está em 26 mil a 27 mil.

Os primeiros resorts a se recuperar serão aqueles próxi-

“ Os resorts servem a um público de maior poder aquisitivo, mais resistente à crise econômica. E, como o real deve ser manter desvalorizado, muitos dos que viajavam para o exterior e faziam cruzeiros podem migrar para resorts

Pedro Cypriano
sócio-diretor da HotelInvest, que faz consultoria para hotéis e administra fundos de investimento no setor

63%
foi a ocupação dos resorts nacionais em 2019

22% a 29%
deve ser o índice neste ano

44% a 59%
é a previsão para 2021

Fonte: HotelInvest

mos de grandes centros urbanos, como os de Campos do Jordão, Gramado, Paraty e Angra dos Reis. O Brasil tem cerca de 112 resorts, concentrados no Nordeste e no Sudeste, segundo levantamento da HotelInvest. Até o fim de agosto, 72% dos resorts haviam retomado suas operações.

De qualquer maneira, ainda há restrições para o funcionamento dos estabelecimentos. A ocupação não pode ultrapassar 75%, paraty que se possa manter o distanciamento, e os voos ainda não foram completamente normalizados — chegaram a apenas 52% do total em outubro, segundo a FGV. Isso atrapalha destinos como o Nordeste, destino para o qual 80% dos hóspedes usam aviões.

Segundo Cypriano, há motivos para otimismo, mas a travessia até 2021 será dura. Para sobreviver a meses de quartos vazios, primeiro, os resorts queimaram a gordura, que é o fundo de reserva. Depois, usaram o dinheiro em caixa.

"Mesmo fazendo isso, poucos conseguiram resistir a mais de três meses com essa queda brutal de receita", diz Cypriano.

"Então estão cortando na carne para conter custos — usando as medidas provisórias que permitiram suspensão de contratos para reduzir custo com mão de obra, renegociando com fornecedores, postergando pagamento de impostos e injetando recursos próprios." Ele espera que as medidas do governo sejam prorrogadas.



Funcionários dos Correios durante manifestação em frente da sede da empresa, em Brasília. Pedro Ladeira/FolhaPress

TST aprova reajuste e manda funcionários dos Correios encerrar greve

SÃO PAULO | AGORA O TST (Tribunal Superior do Trabalho) julgou, nesta segunda-feira (21), que os funcionários dos Correios devem voltar a trabalhar a partir desta terça-feira (22). Além disso, foi aprovado reajuste de 2,6% para os trabalhadores. Se os funcionários desrespeitarem o fim da greve, deverão pagar multa diária de R\$ 100 mil.

O julgamento da SFC (Seção Especializada em Dissídios Coletivos) considerou que não houve abusividade na greve, que começou em 18 de agosto. No entanto, os empregados terão que compensar metade dos dias paralisados — a outra metade será descontada de seus salários.

A direção da Fentec (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares) publicou informe aos sindicatos da categoria pedindo que os trabalhadores dos Correios

continuem em greve. O texto orienta ainda que os sindicatos mantenham a realização das assembleias previstas para esta terça-feira para que os trabalhadores possam decidir de forma coletiva o resultado do julgamento. Em nota, os Correios afirmam que, desde julho, buscaram negociar os termos do acordo coletivo de trabalho 2020/2021 para fortalecer as finanças da empresa.

A paralisação dos Correios teve início no dia 18 e é motivada por desentendimentos relacionados à validade do acordo coletivo da categoria. Assinado no ano passado, o acordo coletivo seria válido originalmente por dois anos, ou seja, até 2021. Porém, a empresa conseguiu no STF (Supremo Tribunal Federal) reduzir a validade do documento para apenas 12 meses, fazendo com que o encerramento passasse a ser neste ano. Laísza Barros e Ana Paula Branco

A Moderninha já vem com PagBank, o banco completo e grátis

ACEITA NFC

Moderninhas a partir de **R\$ 4,90**

Sem Aluguel

0% DE TAXA

Baixe grátis já

Rende o dobro da poupança (170% do CDI)

TEDs ilimitados grátis

TUDO no APP é GRÁTIS

Vem com cartão internacional grátis

PEÇA JÁ

PAGSEGURO.COM.BR

4003-6624

Recebimento na hora: em até 1 hora na Conta PagBank, para vendas chip e senha ou NFC a partir de 19/5/2019. Em transações digitais, recebimento em 30 dias, e demais formas em 7 dias. Os novos clientes que solicitarem as maquininhas do PagSeguro terão taxa de 0% no débito ou crédito à vista até R\$ 1,5 mil em vendas. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br. Cartão Internacional condicionado à abertura da Conta Digital, sujeita a análise cadastrada (consulte condições em pagbank.com.br). O CDB (Certificado de Depósito Bancário) é uma aplicação de renda fixa com baixo risco, emitido pelo Banco Seguro S.A., com Garantia FGC (Fundo Garantidor de Créditos) até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. Veja condições das aplicações e carências em http://pagseguro.com.br/conteia-digital/aplicar-meu-dinheiro. Disponível apenas para o app PagBank (abertura da conta — sujeita a análise cadastrada pelo PagSeguro).

mercado coronavírus

Opus do TikTok

Google, Facebook, WhatsApp, Instagram são o rosto e o fúrnulo desta sociedade

Nizan Guanaes

Empreendedor, criador da N Ideas

Eu adoro ficar vendo o TikTok. É uma meditação escatológica. Uma espécie de No Think Tank. É também um lugar muito criativo em vídeo-makers e lançam formatos criativos, efeitos especiais, montagens inusitadas: uma plataforma aberta com mais de 700 milhões de usuários e crescen-

do loucamente desde a pandemia, como tudo que é digital. Não dá para alguém que trabalhe com comunicação, bens de consumo, vendas, ignorar aquilo. Principalmente para atingir um público jovem, tem

30 anos para baixo. Por isso marcas tão distintas como Prada e P&G estão investindo muito na plataforma, e a um custo menor que nas outras redes.

TikTok é como novela, música sertaneja, livro do Ken Follett: não é cool falar que você gosta, mas é um fato. Você não pode ignorar uma empresa que Walmart e Microsoft queriam comprar e que governos dos Estados Unidos e da China.

Mas, ao mesmo tempo que o TikTok é tudo isso, ele tam-

bém é o politicamente incorreto, a grosseria, a afronta, o mau gosto, a ostentação patética num mundo que passa fome. O mundo vive um politicamente correto às raízas da paranoia, e nos grupos de What'sApp e no TikTok ele não é nada disso: ele é o oposto.

Uma coisa comum no TikTok são pessoas espremendo pus, picapando tumores, tirando cravos e espinhas...

Está lá em série, é porque tem audiência, é porque as pessoas gostam de ver e de espremer. Isso é pauta para o Con-

tardo Calligaris. Eu não tenho repertório para dizer o que é isso na cabeça das pessoas. Mas posso dizer que é uma plataforma de comunicação de alto impacto e penetração, com seus prós e contras.

Ligados em redes (viciados em redes) impulsionados pela pandemia, nunca vivemos tão sós. Trancados no quarto, na mente, aumentados as taxas de suicídio. Muitas pessoas são lovers de odiar e haters de si mesma.

O que é o pus? O pus é a desigualdade, o liberalismo sem limite, o socialismo desencanta-

do e sem utopia. O pus é o consumo compulsivo, um punhado de caras terem mais dinheiro que o resto da humanidade. Opus é "burnout". Ele é efeito colateral da tecnologia tão bem mostrado no "Dilema das Redes", na Netflix.

Este é um tempo de pus. Mas é também primavera, estação de coisas lindas no ciclo da vida. Google, Facebook, WhatsApp, Instagram nos possibilitaram coisas lindas e merecem, cada um deles, o Prêmio Nobel pelo bem que fazem. Mas merecem também limites para conter o mal que fazem.

Eles são o rosto desta sociedade e a espinha, o fúrnulo desta sociedade. Por isso jornalismo, arte, política de alto nível, educação, filosofia, pensadores nunca foram tão necessários para contrapor conteúdo de qualidade nessa galgória. Não dá para viver só por Zoom e pelo Instagram.

Este é o mês da saúde men-

tal, da prevenção do suicídio. O pus é a doença mental das redes, que transformam seguidores em perseguidores. Mas nelas está também o maravilhoso Tadashi Kadomoto, ajudando a cada manhã 25 mil pessoas a meditar juntas, mesmo separadas.

E nós, da elite deste país, não podemos ficar na redoma de nossas bolhas privilegiadas sem participar desse debate, nem deixar nossos filhos e netos nas mãos dos tiktoks. "Meينو, sai dessa televisão", gritava minha mãe.

Mais leitura. Mais música. Mais filme, teatro, esporte, utopia. Menos live e mais life.

Vamos espremer o pus deste mundo lindo e voltar ao seu projeto original antes que o vírus da mudança climática e da desigualdade mate todos nós.

| DOM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen | TER, Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QU, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Governo avalia ampliar taxa em Manaus para financiar fundo verde

Idéia é que percentual, pago atualmente por empresas de informática, seja aplicado a outros setores da Zona Franca

Gustavo Uribe e Danielle Brant

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro estuda ampliar a cobrança de taxa paga por empresas de informática na Zona Franca de Manaus para financiar um fundo de desenvolvimento sustentável.

A idéia discutida é estender o pagamento do percentual para outros setores que atuam no parque industrial, como, por exemplo, de motocicletas e eletroeletrônicos.

A destinação de recursos a um fundo de sustentabilidade foi tratada recentemente pelo vice-presidente Hamil-

ton Mourão, presidente do Conselho da FAS (Fundação Amazonas Sustentável). Hoje, é cobrada taxa de 5% das empresas de informática.

A proposta estudada é destinar o correspondente a um ponto percentual para o fundo de sustentabilidade e, posteriormente, incluir outros setores que se beneficiam da política de incentivo fiscal.

"Já existe uma taxa que é cobrada das indústrias de informática de 5%, que é para aplicação em pesquisa e desenvolvimento. O pessoal ligado aquele grupo da contratação, alguns integrantes

Bolsonaro anuncia como vitória cota extra de açúcar prevista desde abril pelos EUA

Anunciada nesta segunda-feira (21) como resultado das negociações de parceria estratégica com o governo Donald Trump, a ampliação da cota de açúcar que o Brasil poderá exportar a mais já era esperada desde abril, quando o USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) divulgou publicamente que haveria aumento das quotas tarifárias até 30 de setembro.

dele, me mandou um documento com uma idéia de criar um fundo de sustentabilidade, baixando essa taxa para 4%", disse Mourão à Folha.

A proposta é semelhante à apresentada por Virgílio Viana, superintendente-geral da FAS, ao vice-presidente em reunião realizada em julho.

Viana defende que dois pontos percentuais da taxa de 5% sejam destinados à agenda sustentável. O dinheiro iria para um fundo de gestão privada.

Na avaliação do responsável da FAS, o modelo atual de fundos não funciona. Segundo ele, o mecanismo ideal seria um conselho de administração composto por três membros do governo, três do setor empresarial, três da academia e três da sociedade civil.

Além do comando compartilhado, o superintendente-geral da FAS propõe que o fundo seja analisado por auditoria independente e tenha um teto de até 10% de gasto com atividade-meio — ou seja, que não tem relação com a finalidade.

"Com isso, poderíamos ter um mecanismo ágil e eficiente que dependa dos humores dos governos e das relações internacionais", afirmou, acrescentando que a maior autonomia do fundo é crucial no atual contexto.

"É importante blindar um tema tão importante quanto a Amazônia dos humores de governos que variam. Isso é uma questão de Estado, não deve ser uma questão de governo."

Outros especialistas também concordam com a alocação de percentual da taxa cobrada de empresas de informática na bioeconomia e vão na mesma linha sobre a necessidade de melhorar a governança dos fundos.

"Faz sentido rever as estruturas de incentivos existentes e utilizar esses recursos para diversificar a região produtiva da Amazônia. Entretanto, nós mapeamos que já existem vários fundos, com R\$ 2,6 bilhões, com essa função, mas não estão funcionando", disse Márcio Holland, professor da FGV.

Para ele, a questão passa por renovar a governança dos fundos para que o dinheiro sirva para estimular pequenas e médias empresas da região e seja aplicado à bioeconomia.

No entanto, a ampliação da cobrança para outros setores não é ponto pacificado.

Saleh Hamdeh, relações institucionais e governamentais da Fiem/CIeem (federação e centro das indústrias do Amazonas), discorda sobre estender a taxa a outros segmentos.

"Não faria nenhum sentido ampliar isso para eletroeletrônicos e duas rodas sem que houvesse uma mudança na governança. Aumentar essa contribuição para outros setores significa onerar setores que já estão fortemente onerados hoje."

Economia verde é ponto de partida para retomada econômica

OPINIÃO

Marina Grossi e Paulo Hartung

Grossi é economista e presidente do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável); Hartung é economista e presidente Iba (Indústria Brasileira de Aviação).

A pandemia segue desafiando o Brasil e o mundo em diversas esferas. Na saúde, com a dor de mortes diárias; no social, com um quadro dramático de desemprego e ampliação das desigualdades; e na econômica, com desaceleração mundial e acentuação da crise brasileira.

Atendimentos às necessidades do momento, que são muitas, deve também estar associado a uma visão de futuro, pois toda crise tem começo, meio e fim.

Entre as principais discussões de reconstrução, ganha destaque a busca pela produção sustentável e o uso de produtos renováveis. O modelo até então praticado tornou-se insustentável. A entidade internacional Global Footprint Network calcula o momento em que o consumo de recursos naturais supera o volume que o planeta é capaz de renovar. Neste ano, esse dia foi 20 de agosto.

O consumidor global já tem exigido rastreabilidade dos produtos, reforçando essa agenda verde.

Vemos manifestações de instituições financeiras exigindo padrões ambientais e sociais. Grandes fundos de investimentos mundiais sinalizam preocupação com projetos com muita emissão de CO₂. A Bolsa brasileira criou novo índice sustentável em parceria com a S&P Dow Jones.

Na política, o Green Deal, pactuado pela União Europeia, propõe chegar à neutralidade de carbono até 2050. Nos EUA, a eleição destaca o tema como plataforma de governo de Joe Biden.

Nesse cenário, a Amazônia entrou na mira do Fórum Econômico Mundial no começo do ano e da Assembleia-Geral da ONU, que ocorre nesta semana.

Na contraposição, o Brasil sofre com impactos na imagem em razão das ilegalidades na maior floresta tropical do mundo, com desmatamento, queimadas, grilagem de terras e garimpo.

O setor privado, a sociedade organizada, academia e o setor financeiro brasileiro estão se unindo para contribuir na busca de soluções

efetivas para os desafios que se impõem. A estratégia é o diálogo para implementação de uma política ambiental nacional de longo prazo.

O Movimento Empresarial é uma ação inédita, com coordenação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável, que reúne mais de 80 presidentes executivos de companhias que atuam no Brasil preocupados com a questão da Amazônia e dispostos a dialogar pela busca de soluções. Temos na articulação desse movimento parceiros importantes como Iba, Abag, Abi-e e a Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas.

Com os mesmos propósitos, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, formada por mais de 200 representantes do agronegócio, do setor financeiro, da sociedade civil e da academia, também apresentações estratégicas. A mobilização conta até com uma carta de ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central, como Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan, Joaquim Levy, Nelson Barbosa, Armínio Fraga e Sérgio Arida, reforçando que recuperação econômica precisa conectar preservação ambiental e a responsabilidade social.

Ponto de atenção de qualquer plano de recuperação sustentável está nos 25 milhões de brasileiros que moram na Amazônia, com a maioria vivendo abaixo da linha da pobreza e infraestrutura precária. Assim, a floresta é um dos caminhos para o crescimento socioeconômico.

A floresta em pé já gera riquezas para o país com os serviços ecossistêmicos, como a absorção de CO₂ — uma potencial fonte de renda para o Brasil — e os regimes de chuva, que são um dos grandes responsáveis pelo sucesso do agronegócio brasileiro com até três safras por ano.

O ambiente, que já deixava de ser um assunto lateral, tornou-se imperativo para políticas públicas, impulsionou uma nova maneira de se fazer negócios e deu outra dinâmica ao consumidor consciente e sustentável.

O Brasil pode entregar soluções para esse consumidor e para a bioeconomia, além de ampliar empregos dentro de uma cadeia renovável e sustentável, que melhora nossa qualidade de vida hoje e possibilitam que outras gerações tenham boas experiências em um planeta saudável.

Table with financial data for Indra Systems, S.A. and dependent companies. Includes columns for 'Situação Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019', 'Situação Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2018', and 'Situação Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019 Expressada em milhões de Euros'. Rows include assets, liabilities, and equity components.

O GLOBO

Imposto sobre transações pode ter fase de transição

Para vencer resistências à cobrança, governo estuda estipular um período de seis anos para avaliar seus impactos na economia, antes de torná-la definitiva. Plano é avançar com a proposta desatrelada da reforma tributária

GERALDA DOCA E
MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo trabalha com uma nova roupagem para o imposto sobre transações financeiras, defendido pela equipe econômica. Para vencer resistências no Congresso, a ideia é criar uma fase de transição de seis anos para que os impactos do tributo na economia sejam avaliados, antes de torná-lo definitivo.

A alíquota do novo imposto seria de 0,20% e incidiria sobre todas as transações financeiras. A ideia foi apresentada pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), a investidores na semana passada.

Além de elevar a arrecadação para cobrir os gastos extraordinários com o enfrentamento da pandemia, o novo imposto teria como contrapartida a desoneração da folha de salários. A contribuição patronal para a Previdência de 20% seria zerada para empregados que recebem até um salário mínimo e reduzida à metade nas faixas salariais superiores.

A decisão de avançar com as discussões sobre a criação do novo imposto faz parte da estratégia do governo de tratar de medidas voltadas

para a geração de emprego — já que o tributo seria responsável por compensar a renúncia fiscal de uma ampla desoneração da folha.

Segundo uma fonte próxima a Guedes, o acerto foi feito no mesmo dia em que o presidente Jair Bolsonaro anunciou que as discussões sobre o Renda Brasil, que substituiria o Bolsa Família, estavam interrompidas.

A proposta já está pronta na equipe econômica, e o Palácio do Planalto aguarda apenas o *timing* político para enviá-la ao Congresso.

AINDA FALTA CONSENSO

No entanto, ainda não há consenso entre ministros, líderes da base de apoio e o próprio presidente Bolsonaro, disse uma fonte envolvida nas discussões.

A aprovação de um imposto sobre transações enfrenta resistência no Congresso, principalmente por causa da comparação com a antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CMPF). A equipe econômica argumenta, no entanto, que a criação do tributo não significaria um aumento da carga tributária, justamente porque a contribuição que incide sobre salários seria reduzida ou até



Fase de avaliação. A ideia foi apresentada pelo deputado Ricardo Barros, líder do governo na Câmara, a investidores

extinta, em alguns casos.

A CMPF foi criada em 1996, com objetivo de custear a saúde pública e a Previdência Social. Apesar do caráter transitório, vigorou até dezembro de 2007, quando o Senado rejeitou a sua prorrogação até 2011.

Segundo um técnico da equipe econômica, ao criar uma fase de transição para o

novo imposto, a ideia é minimizar o desgaste da medida considerada impopular tanto no Executivo quanto no Legislativo. Além disso, o plano é avançar com a proposta de forma desatrelada da reforma tributária, que, na avaliação da equipe econômica e do Planalto, dificilmente será aprovada neste ano.

Segundo um interlocutor

do Planalto, Bolsonaro sabe que precisará de um novo imposto para ajudar a equilibrar novamente as contas públicas e evitar uma trajetória explosiva da dívida pública em 2021. O presidente estaria aguardando a sinalização da base de apoio ao governo. Ele está com um olho na missa e outro no padre, disse um auxiliar.

Segundo esse interlocutor, o governo tem pressa e trabalha para construir um acordo até dia 30 de setembro, quando está prevista sessão do Congresso para apreciar o veto à prorrogação da desoneração da folha de setores intensivos em mão de obra.

PLANEJAMENTO PREJUDICADO

Caso seja possível avançar, a articulação do governo vai trabalhar para a manutenção desse veto. Se não for possível um acordo, a tendência é que a votação desse veto seja adiada novamente, apesar das queixas do setor produtivo.

A demora prejudica o planejamento tributário das empresas para 2021. Atualmente, 17 setores intensivos em mão de obra são beneficiados pela desoneração da folha, mas a medida está prevista para acabar no fim do ano.

Durante a tramitação da medida provisória 936, que permite a redução de jornada e de salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho, parlamentares incluíram a prorrogação da desoneração até 31 de dezembro de 2021. A medida busca preservar empregos em um cenário de recessão.

Vendas com nota fiscal eletrônica crescem 13,4% em agosto

Alta é sinal de recuperação, mas secretário não descarta novo alívio nos impostos

BRASILIA

O volume de vendas com emissão de nota fiscal eletrônica registrou alta de 13,4% em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo dados da Receita Federal obtidos pelo GLOBO. De acordo com o relatório, a média diária de operações chegou a R\$ 26,8 bilhões no mês passado. Os números são um sinal do nível da atividade no mês em que o Fisco voltou a cobrar impostos suspensos desde abril.

O secretário especial da Re-

ceita, José Barroso Tostes Neto, avalia que o balanço mostra sinais de recuperação em todos os setores, mas não descarta a adoção de novas medidas pelo Fisco para conceder algum alívio extra no fim do ano.

O movimento de notas fiscais eletrônicas capta principalmente operações entre empresas e vendas no comércio eletrônico. Não estão no balanço as notas emitidas em lojas físicas do varejo, por exemplo, que são contabilizadas pelos estados. A alta registrada em agosto foi a terceira seguida, na comparação anual.

Segundo Tostes, embora esses números captem apenas uma parte das vendas realizadas no país, a expectativa é que haja um reflexo da retomada na arrecadação de tributos federais que incidem sobre as vendas, cujo relatório ainda es-

R\$ 26,8

bilhões
Foi a média diária de operações com emissão de nota fiscal eletrônica no mês passado

tá sendo fechado pelo Fisco.

— Esse banco de dados que nós apresentamos aqui não representa o todo, mas uma parte importante. E com o nós estamos vendo que essa parte, que é importante, está apresentando uma recuperação econômica, evidentemente isso terá que estar relacionado com arrecadação, principalmente dos tributos que incidem sobre as vendas — disse o secretário.

Em abril, o governo adiou por três meses os prazos para pagamentos de tributos federais, como o PIS/Cofins e a contribuição previdenciária. Assim, a parcela que deveria ter sido paga naquele mês — o mais crítico desde o início da pandemia — venceu em agosto. O relatório que será divulgado registrará, portanto, o primeiro teste sobre o fôlego dos contribuintes para continuar pagando impostos

sem a ajuda federal.

Nos últimos meses, especialistas têm questionado se a recuperação econômica será forte o suficiente para garantir que as empresas continuem a operar mesmo com a volta das obrigações tributárias. Em junho, relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) chegou a prever nas simulações que o governo precisaria lançar algum tipo de programa de refinanciamento.

'E-COMMERCE' SUBIU 46,8%

Questionado sobre a necessidade de ações adicionais, Tostes não descartou a possibilidade e disse que será necessário mais tempo para avaliar a capacidade de pagamento das empresas.

— Como nós não fechamos toda a avaliação, não temos como concluir de forma definitiva se esses números apontam que não será necessária algu-

ma medida especial. No âmbito dos estados, a arrecadação já apresenta níveis compatíveis com a normalidade. No âmbito federal, como houve diferimento, precisaremos ao menos de uns dois meses para que a gente possa ter uma avaliação mais precisa do resultado e sobretudo dos impactos que possam ter causado alguma variação na arrecadação — disse o secretário.

O balanço da Receita reforçou ainda a tendência de alta nas vendas pela internet. Em agosto, o crescimento frente ao mesmo mês de 2019 foi de 46,8%, para R\$ 680 milhões.

— Diria que é um período ainda curto para assegurar a consolidação de tendências, mas há fortes evidências que essa é uma das mudanças de comportamento provocadas pela pandemia que veio para ficar — afirmou Tostes. (Marcello Corrêa)

O GLOBO

MÍRIAM
LEITÃO



oglobo.com.br/economia/miriamleitao
m.leitao@oglobo.com.br

Por Álvaro Gribel (Interino)



O mercado fala pelos números

Mais do que por palavras, o mercado financeiro fala pelos números, e eles indicam uma preocupação cada vez maior com a economia brasileira. Vários indicadores estão refletindo essa visão: o real é a moeda que mais se desvaloriza entre os emergentes, os juros futuros voltaram a subir, a Bolsa opera abaixo dos 100 mil pontos, e o risco-país está em alta. O que mais pesa é o temor fiscal, pelo crescimento da dívida e a dificuldade de tramitação das reformas, mas também entrou no radar uma possível elevação da inflação. Os preços no atacado subiram muito, o IGP-M chegou a 18% em 12 meses até setembro, e o receio é que haja

repasso aos consumidores. O dólar é outra fonte de pressão.

— Estamos com posição cautelosa há três ou quatro semanas, com redução de risco e exposição. Se não houver o ajuste fiscal previsto, certamente você vai ter um impulso inflacionário porque a tendência do real também é desvalorizar. Isso tudo se reflete no mercado de juros — explicou Álvaro Bandeira, sócio e economista-chefe do banco digital Modalmais.

Apesar de a inflação no atacado estar muito alta e os preços dos alimentos terem subido, a inflação aos consumidores permanece baixa, em 2,44% pelo IPCA de agosto. Ainda assim, os juros futuros têm disparado, e isso encarece o financiamento de longo prazo. A aposta do governo de destravar investimentos em infraestrutura, por exemplo, fica mais difícil. Segundo levantamento feito pelo economista Fábio Giambiagi, com dados da Anbima, os títulos com vencimento em 30 anos saltaram de 3,6% em fevereiro, antes da pandemia, para 4,7% na última sexta-feira. No ano passado, a taxa média foi de 4,1%.

ENCONTRO MERCADO

O economista Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria, acha que o mercado financeiro ainda está pegando leve com o governo por causa da proximidade das eleições

DESCONFIANÇA COM O BRASIL

	Dívida bruta (% do PIB)	Risco-país/CDS	Alta do dólar no ano
Brasil	86%	231	33%
Colômbia	51%	148	13%
México	53,8%	146	12,15%
Peru	26,9%	81	6,33%
Chile	27,5%	70	2,01%

Fonte: Tendências Consultoria

Editoria de Arte

municipais, que dificultam a condução do ajuste fiscal. Ele diz, no entanto, que depois disso o presidente Bolsonaro terá que se decidir: “Se ele não seguir pelo caminho do corte de gastos, os juros vão continuar subindo, e a dívida ficará impagável”, alertou. Enquanto a dívida do Brasil já passou de 85%, Chile, Colômbia, México e Peru têm endividamento médio de 39%. Nathan não vê espaço para ampliação de um programa de renda básica.

A QUEDA DE ONTEM

As Bolsas tiveram mais um dia de quedas no

Brasil e no mundo ontem. O que pesou nos mercados foram o aumento de casos de Covid em vários países europeus e as acusações de lavagem de dinheiro por grandes bancos, o que arrastou as ações do setor financeiro. O índice Ibovespa voltou ao mesmo patamar do início de julho, aos 96.991 pontos.

UMA LUZ, DUAS LUZES

Imagine uma vacina contra duas doenças? É isso que o cientista Miguel Nicolelis, da Duke University, está vislumbrando com a pesquisa brasileira, divulgada ontem, sobre a conexão da dengue com a Covid-19:

— Pode mudar tudo na pandemia. Porque já existem vacinas contra a dengue. Se estivermos certos, imunização contra a dengue pode levar à imunidade cruzada contra o coronavírus — disse o professor, que comanda o Comitê Científico do Nordeste.

Existem duas vacinas sendo testadas contra a dengue. A francesa provocou reação adversa, mas japonesa, segundo o cientista, está na fase 3 e não apresentou problemas. O estudo foi divulgado ontem com exclusividade pela Reuters. Eles encontraram uma relação entre quem foi exposto ao mosquito da dengue com um certo nível de imunidade à Covid-19.

A colunista está de férias.

Estados enfrentam resistência às propostas de reforma tributária

Pontos polêmicos nos textos de São Paulo e Rio Grande do Sul dificultam aprovação

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Advogado Arthur Ferreira Neto: IPVA com base em potência do motor do veículo violaria o princípio da isonomia — Foto: Wesley Santos/Valor

Pontos polêmicos, que aumentam a carga fiscal ou são questionáveis na Justiça, podem dificultar a aprovação das propostas de reforma tributária apresentadas pelos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, assim como a da União. O governo gaúcho voltou atrás na maioria deles, como o que trata de alíquotas de IPVA com base na potência do veículo automotor. Mas manteve a tributação de planos de previdência privada pelo Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCD), medida que também está no texto paulista.

Muito comparada com a proposta da União, a reforma gaúcha pode ser adiada. Sem previsão de acordo para a aprovação do texto original, o governo tenta costurar com os deputados estaduais uma emenda para não perder cerca de R\$ 2,8 bilhões em arrecadação, a partir de janeiro.

Empresários pressionaram contra o aumento de carga tributária embutido na proposta de simplificação, modernização e combate à regressividade, além de dispositivos que poderiam parar no Judiciário. Dos pontos questionáveis, além do IPVA, foi retirado do texto o que trata da criação do Fundo Devolve ICMS, que seria formado com recursos pagos por empresas com direito a benefício fiscal.



FORZA MASSIMA  **FIAT**

FIAT FIAT - Sponsored

3 dias de ofertas exclusivas pra comprar um Fiat.

[Visite o site](#)

FIAT FIAT -

3 dias de compra

[Visite o s](#)

A partir de hoje, as bancadas de deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul analisam uma proposta de emenda que precisa ser aprovada ainda neste mês. Isso para que seja cumprido o prazo constitucional de noventa dias e ela possa valer a partir de janeiro.

Pela proposta original, a alíquota média de 18% de ICMS cairia para 17% no ano que vem. Com a emenda, seria de 17,7% em 2021, 17,4% em 2022 e 17% só de 2023 em diante. Por outro lado, para os segmentos de comunicação, combustíveis e energia seria prorrogada a alíquota de 30% até 2023, ou ao menos até o fim de 2021, em vez de cair para 25% no próximo ano.

Antes, também estava previsto aumento do ICMS para itens da cesta básica, como o arroz - o Sul do país é responsável pela maior parte da safra. A alíquota, que subiria para 17% e depois para 12%, permanecerá em 7% e os hortifrutis continuarão isentos. Além disso, inicialmente, o limite de faturamento para isenção, hoje de até R\$ 360 mil ao ano, seria reduzido pela metade. Mas foi mantido.

Para o tributarista Rafael Nichele, assim como a da União, a proposta original do governo gaúcho causaria perda de competitividade, que refletiria nas vendas e, portanto, nos preços. “Ambas trazem aumento de carga tributária direta. Essa é a principal dificuldade para a aprovação da reforma no Rio Grande do Sul”, diz. “E o Fundo Desenvolve ICMS ainda causaria aumento indireto.”

Os recursos do fundo, segundo o governo gaúcho, seriam destinados a famílias de baixa renda. Mas, afirmam tributaristas, para custear o fundo o Estado teria que ter uma arrecadação adicional. “A intenção é boa, mas seria a criação indireta de um ICMS para uma finalidade, o que violaria a Constituição Federal”, diz o advogado Arthur Ferreira Neto.

Quanto ao IPVA aplicado conforme a potência, seria uma forma de instituir progressividade na cobrança do imposto. Para Ferreira Neto, a medida violaria o princípio da isonomia porque, de acordo com a Constituição, é vedado aos Estados instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

Já tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5654) da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra uma lei do Ceará (nº 15.893, de 2015) no mesmo sentido.

Os pontos questionáveis e o aumento da carga tributária levaram à impossibilidade de aprovação do texto original, segundo o advogado Anderson Trautman Cardoso. “A proposta de modernização na verdade parecia um conjunto de ajustes cujo objetivo principal era de arrecadação”, diz. “Mas a sociedade gaúcha, assim como a brasileira em geral, não quer maior carga tributária, especialmente para os produtos da cesta básica e empresas no Simples”, acrescenta.

A única medida positiva mais relevante mantida na emenda é o fim da exigência do pagamento do diferencial de alíquotas (Difal) de ICMS, nas operações interestaduais. “Mas não se trata de benevolência porque já há maioria de votos no STF pela inconstitucionalidade da cobrança do Difal do micro e do pequeno empreendedor”, diz Cardoso. No STF, o placar está em quatro a um contra a cobrança (RE 970821).

“Com a necessidade de aprovar a proposta até o fim de setembro por causa da anterioridade nonagesimal, em plena pandemia e a proximidade das eleições municipais, teremos que fazer uma minirreforma”, diz o deputado Frederico Antunes (PP), líder do governo na assembleia.

O subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, reconhece haver discussões no STF sobre alíquotas de IPVA pela potência do motor. “Mas pelo parecer da Receita Estadual e da Procuradoria-Geral do Estado teríamos elementos para defender a incidência”, afirma.

Quanto ao Fundo Devolve ICMS, Pereira diz que o Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária nº 42, de 2016, autoriza os Estados a imporem condição de fruição de benefício a depósito para fundo de equilíbrio fiscal. Ele argumenta ainda que o fundo não teria natureza de tributo porque só deveria ser pago por quem quisesse o benefício.

Em São Paulo, Leandro Ferro, diretor do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp), aponta que a entidade já estuda questionar ao menos dois pontos no Judiciário, se a proposta do governo passar como está. Um deles permite ao Executivo retirar benefícios fiscais por decreto, sem aprovação da assembleia legislativa. “Só lei pode criar benefício e só uma lei pode derrubar outra lei. Seria uma afronta ao pacto federativo”, diz.

Outro dispositivo questionável é o que expandiria para as prefeituras do Estado a possibilidade de vender dívida tributária, com deságio, no mercado. “O problema é que uma cláusula dos contratos de securitização de dívida impõe que o governo recompre o saldo, geralmente de créditos podres, se o devedor deixar de pagar”, afirma Ferro. “Isso viola a Lei de Improbidade Administrativa [Lei nº 8.429/1992]”.

Planalto quer relançar ideia da CPMF nesta semana

Manobra é tentativa para impedir derrubada de veto presidencial sobre a prorrogação da desoneração sobre 17 setores

Por **Fabio Graner e Raphael Di Cunto** — De Brasília

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo trabalha para apresentar ainda esta semana a segunda etapa de sua proposta de reforma tributária, com a criação de uma contribuição sobre transações, nos moldes da extinta CPMF, para desonerar a folha de salários das empresas. A estratégia por trás dessa aceleração, se é que ela vai se confirmar dadas as tentativas frustradas anteriores, é tentar apoio suficiente no Congresso para manter o veto à desoneração da folha de 17 setores econômicos por mais um ano.

A análise do veto pelo Congresso está prevista para a próxima semana, no dia 30 de setembro. Diante do risco de derrota, o governo quer sugerir, como contrapartida à manutenção do veto, uma proposta de emenda constitucional (PEC) que diminua os encargos sobre a folha de todas as empresas, mas que, para compensar a Previdência, recria a CPMF - que o Ministério da Economia insiste em dizer que será outro tributo, sobre transações digitais.

Essa PEC, contudo, precisaria ser aprovado em dois turnos pelos plenários da Câmara e do Senado, além de passar pelas comissões, para ter validade. Já a desoneração para os 17 setores demanda apenas a derrubada do veto. Entidades e partidos têm defendido a prorrogação como forma de preservar empregos após a crise causada pela covid-19.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já disse, por exemplo, que não pautará nenhuma PEC para recriar a CPMF por considerar o imposto nocivo e cumulativo, prejudicando os mais pobres. Aliado dele, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), que deve presidir a Comissão Mista do Orçamento (CMO) este ano, vai na mesma linha e afirmou que seu partido não apoiará essa iniciativa, mesmo que seja com o argumento de desonerar a folha. “Chance zero. Nosso partido não vota”, disse.

Articuladores políticos do governo estudam alternativas para tornar o imposto mais palatável. O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), sugeriu implementá-lo por seis anos (prazo que coincidiria com o fim do atual mandato do presidente Jair Bolsonaro, mais uma reeleição) como teste.

A proposta não era do conhecimento da equipe econômica, mas foi apontada por uma fonte do alto escalão da pasta como possível caminho para desinterditar o debate. Outra ideia é incluir a isenção tributária para igrejas na mesma PEC, para atrair apoio.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ensine o valor do dinheiro desde cedo para sua criança e com segurança

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Panelas que não grudam viram febre em Salvador

GOLDCHEF

LINK PATROCINADO

Truques simples para ajudar você a aumentar a sua pensão

PENSIONBR

LINK PATROCINADO

Ele prometeu casar com ela quando criança, depois a reencontra como adulta

FREE HUB

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS



Por Armando Castelar Pinheiro

Pesquisador do IBRE/FGV, professor do Instituto de Economia ... [ver mais](#)

O contrato social e o teto de gastos

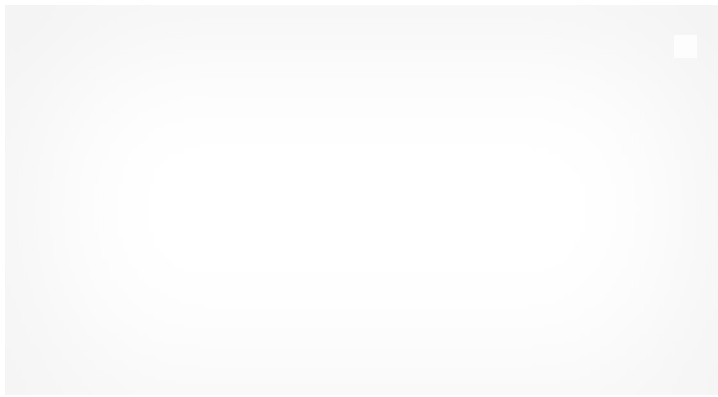
A pandemia e a lógica político-eleitoral do nosso contrato social, renovaram a pressão por mais gastos públicos

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Há muito se debate o porquê e o como do contrato social, entendido como as normas que regem a vida em sociedade. Desde Sócrates, pelo menos, passando por Platão, Hobbes, Locke e Rousseau, se analisa porque faz sentido para as pessoas abrirem mão de parte de sua liberdade, permitindo que se estabeleçam leis, governos que as façam cumprir, e tributos para financiar a máquina pública e suas políticas.

A resposta é bastante clara: o contrato social pode produzir uma melhor qualidade de vida. É melhor abrir mão da liberdade de poder matar o outro, de fazer barulho depois das 22 horas, ou de jogar seu lixo na rua, se as mesmas regras valerem para todo mundo. Em termos econômicos, o contrato social também pode facilitar a acumulação de capital, físico e humano, e um grau elevado de especialização, gerando padrões de vida superiores aos que seria possível obter de outra forma.

A pandemia e a lógica político-eleitoral do nosso contrato social renovaram a pressão por mais gastos públicos



Não há um único modelo de contrato social, nem um que seja superior a todos os demais. Por isso, tem gente que migra de um contrato social para outro, dentro de um mesmo país, ou entre países. E, mesmo nos EUA, para onde muita gente migra, se questiona se seu contrato social não foi construído para favorecer os homens brancos, prejudicando as mulheres e as minorias raciais. O contrato social é, portanto, algo vivo, que pode ser aperfeiçoado.

Nosso atual contrato social é o escrito na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, assim chamada por sua preocupação em garantir direitos para o cidadão e impor obrigações ao Estado em servi-lo. Por isso, e por ter evitado rupturas políticas - essa foi a sexta constituição em menos de 100 anos -, ela é bem avaliada por vários analistas.

O contrato social que ela traduz foi, porém, mal-sucedido em gerar crescimento econômico. Nos 31 anos decorridos desde a sua promulgação, o PIB per capita brasileiro cresceu em média 0,8% ao ano (a.a.), metade do observado nas economias avançadas (1,6% a.a.) e menos de um quarto do registrado na média das emergentes (3,5% a.a.). E não foi por falta de ajustes em nosso contrato social: ao todo, já tivemos 109 emendas à Constituição de 1988.

Talvez a principal razão para isso, ainda que não a única, é que o contrato social da Constituição de 1988, e emendas posteriores, produziu uma equação fiscal insustentável. Samuel Pessoa, meu colega de Ibre/FGV, observa que esse contrato social levou à adoção de amplos programas de bem estar e segurança social, que geram elevados gastos públicos (bit.ly/3mGdMY3). Ao mesmo tempo, se preservaram os benefícios existentes para os grupos sociais mais favorecidos, de forma que se criaram obrigações novas sem descontinuar as antigas.

Desde então, vimos tentando equilibrar essa equação fiscal. Fizemos isso primeiro com a hiperinflação, depois via aumento da dívida em dólar, depois elevando a carga tributária e, mais recentemente, expandindo a dívida pública e contendo o investimento público. Ocorre que é inviável continuar aumentando a dívida pública no ritmo atual, em especial depois do salto que essa deu com a pandemia. A dificuldade do Tesouro em emitir títulos longos a custo aceitável já mostra o tamanho do problema. Como a sociedade também não quer elevar a carga tributária, já mais pesada que em outros emergentes, sobraria a volta da hiperinflação.

O Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) é uma tentativa de organizar uma saída mais favorável para a comunidade brasileira. Ao colocar um teto em termos reais ao total das despesas públicas primárias, ele permitiu reduzir o risco país e a taxa de juros - e, portanto, o custo da dívida. Com isso, deu tempo aos brasileiros para redefinir seu contrato social, para equilibrar meios e obrigações do Estado. O que até aconteceu, em parte, com a reforma da Previdência.

Porém, a pandemia e a lógica político-eleitoral do nosso contrato social renovaram a pressão por mais gastos públicos, via investimentos e novos programas de transferência de renda. O problema é que aumentar gastos, sem reduzir outros, levará ao rompimento do teto, jogará o risco país e os juros para cima, e tornará a situação fiscal ainda mais insustentável. Ou seja, nosso contrato social ficará ainda mais disfuncional da ótica do desenvolvimento econômico e, diria eu, do bem estar social.

Se o Brasil quer ter um contrato social que faça o país crescer e gerar empregos de qualidade, simplesmente acabar com o teto é o caminho errado. Se for para mexer na Constituição, melhor fazê-lo para tornar o teto viável, em vez de para acabar com ele. Ou então aumentar os impostos para financiar mais gastos.

O Ministério da Economia já disse o que faria se fosse ele a reescrever a Constituição: reduziria salários dos funcionários e aposentadorias em geral, voltaria com a CPMF, redirecionaria transferências de renda, privatizaria estatais etc. O presidente, porém, já disse não a tudo isso. É uma decisão política, não técnica, e

cabe mesmo a ele propor uma solução. Qual será? É importante não esperar demais, pois a sociedade vai querer discuti-la e o problema segue aumentando.

Armando Castelar Pinheiro é Coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, professor da Direito-Rio/FGV e do IE/UFRJ e escreve quinzenalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em abril!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Eugenie Bouchard, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

Arrancando os cabelos por falta de mão de obra?
RUSSEL SERVIÇOS

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Gestores acreditam em Ibovespa acima de 110 mil pontos em 2020, aponta BofA

VALOR INVESTE

Governo e MPF ainda discutem destino de dinheiro da leniência

Cerca de R\$ 870 milhões já ressarcidos por grandes empreiteiras estão parados em conta judicial

Por Murillo Camarotto — De Brasília

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Acordos de leniência vigentes

Pagamentos já realizados por empresas signatárias

Empresa	Ano do acordo	Vigência	Valor (em milhões)	Já pago
UTC	2017	2039	574,5	36,6
Bilfinger	2017	2019	11,1	11,1
Mullenlowe	2018	2018	50,0	53,9
Odebrecht	2018	2040	2.727,0	113,9
SBM Offshore	2018	Indefinido	1.286,0	751,1
Andrade Gutierrez	2018	2034	1.490,0	375,8
Braskem	2019	2025	2.872,0	1.540,0
Technip	2019	2021	820,0	578,0
Camargo Correa	2019	2038	1.396,0	378,0
Nova Participações	2019	2046	516,0	1,5
OAS	2019	2047	1.929	0
Car Rental	2020	2020	0,7	0,0
Total			13.672	3.839,9

Fonte: CGU

Distribuição entre os credores

Recebido até setembro/2020

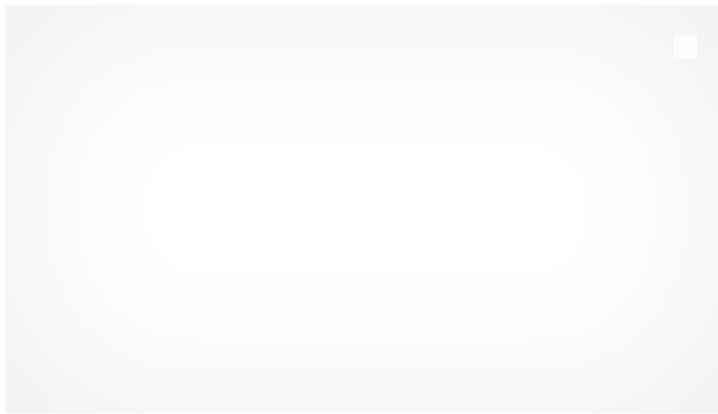
Petrobras	2.194,75
Indefinido	869,20
União	730,13
Caixa	35,60
BR Distribuidora	8,10
Apex	1,80
Transpetro	0,33
Confea	0,004
Eletronuclear	0,002

Governo e Ministério Público Federal (MPF) ainda não se entenderam sobre o destino dos recursos oriundos dos principais acordos de leniência firmados no âmbito da Lava-Jato. Até o momento, R\$ 870 milhões já pagos por Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez estão depositados em uma conta judicial, sem previsão de repasse para os beneficiários finais do dinheiro.

O montante represado tende a crescer enquanto durar a indefinição. Isso porque as três empreiteiras se comprometeram a devolver aos cofres públicos pouco mais de R\$ 5,6 bilhões desviados em esquemas de corrupção. Esses recursos continuarão sendo depositados judicialmente até que a Controladoria-Geral da União (CGU) e o MPF concluam um encontro de contas que se arrasta há quase dois anos.

Somente para 2020, estão estimados pagamentos de mais R\$ 816 milhões pelas empresas que já assinaram acordo. Os valores podem ser ainda maiores, considerando que um acordo de grande porte está em vias de ser fechado. A CGU, entretanto, não fornece informações referentes a negociações em andamento.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

No auge da Lava-Jato, a força-tarefa de Curitiba correu para fazer os acordos de leniência com as grandes empreiteiras, com o objetivo de proteger os negócios e garantir as delações premiadas dos executivos. As tratativas, contudo, não tinham respaldo na legislação que disciplina o tema nem método para o cálculo dos valores de ressarcimento, o que contribuiu para a indefinição.

O MPF também tentou definir sozinho o destino adequado para os recursos, o que foi contestado pela CGU - órgão legalmente responsável pela condução dos acordos. Mais recentemente, já em meio à pandemia, a Procuradoria-Geral da República (PGR) chegou a anunciar o repasse de parte dos recursos oriundos da leniência para o combate à covid-19, o que foi contestado.

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) reclamou da falta de transparência nas informações sobre a arrecadação com os acordos. O ministro Raimundo Carreiro disse que a CGU e o Ministério da Economia descumpriram uma

recomendação para que as previsões de arrecadação com leniência constassem do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021.

O primeiro acordo de leniência assinado pela CGU, já sob a vigência da Lei Anticorrupção, foi o da construtora UTC, em 2017. De lá para cá, 12 foram firmados, com promessas de ressarcimento que somam R\$ 13,6 bilhões. Até agora, as empresas signatárias já desembolsaram R\$ 3,8 bilhões, o que representa 28% do total.

A Petrobras - principal "vítima" do esquema desvendado pela Lava-Jato - já recebeu R\$ 2,2 bilhões dos acordos assinados com a CGU. O segundo colocado dessa lista é justamente a conta judicial, para onde foram os R\$ 870 milhões pagos pelas três empreiteiras. Em seguida aparece a União, que fez jus a R\$ 730 milhões. A Caixa Econômica Federal recebeu R\$ 35 milhões dos ressarcimentos já contabilizados.

Envolvidas em algumas ilegalidades, a BR Distribuidora e a Transpetro receberam R\$ 8,1 milhões e R\$ 330 mil, respectivamente. Há, também, credores bem menores - alguns inusitados. São os casos, por exemplo, da Agência de Promoção de Exportações (Apex) e do Conselho Federal de Engenharia (Confea). A Apex recebeu R\$ 1,8 milhão da agência de publicidade MullenLowe, mas os motivos do repasse não estão informados na versão do acordo disponibilizada pela CGU. O mesmo vale para o Confea, que recebeu R\$ 3,8 mil.

A definição dos valores dos acordos colocou CGU e TCU em rota de colisão desde o início das discussões. A área técnica do tribunal sempre reivindicou a prerrogativa de ter a palavra final sobre essa conta e queria ser ouvida antes dos acordos serem assinados, o que não aconteceu. O TCU chegou a ameaçar declarar inidôneas empresas que já tinham acordo com a CGU e o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu tal punição.

Recentemente, um termo de cooperação entre todos os órgãos envolvidos foi assinado, com mediação do STF. Ocorre que o MPF ficou de fora, o que mantém uma aura de insegurança jurídica sobre a leniência.

Nessa seara, o TCU também passou a mirar os acordos fechados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na semana passada, o ministro-

substituto Augusto Shermann acolheu uma representação do Ministério Público de Contas, que suspeita do valor das multas aplicadas pelo Cade a empresas como Odebrecht, OAS, Carioca Engenharia e Andrade Gutierrez.

No documento, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira sustenta que, ao assinar acordos que encerram as investigações contra as empresas, o Cade estaria adotando valores de multa muito inferiores aos ganhos com os esquemas de corrupção. “Não faz sentido que a contribuição pecuniária tenha valor inferior à punição mínima que seria imposta em caso de julgamento da empresa”, alega o procurador. O Cade tem até o dia 26 para prestar as informações solicitadas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em abril!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Eugenie Bouchard, ótimo no tapete vermelho

90MIN

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Conteúdo Publicitário

Firjan enxerga recuperação em 2021 do PIB do Estado após quedas recordes

Entidade estima crescimento de 3,3% para a economia fluminense no ano que vem

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

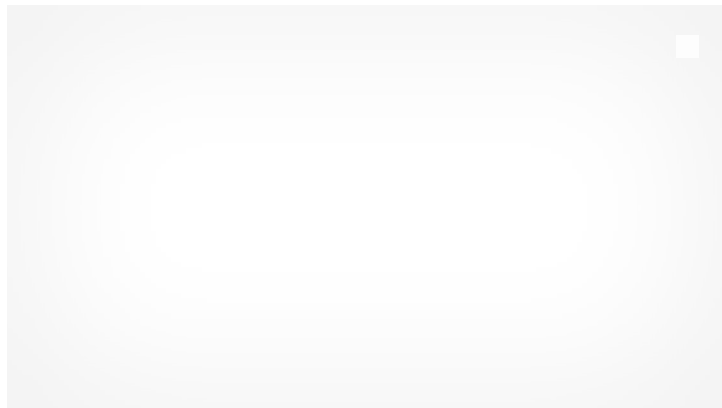
A recuperação em “V” - retomada acelerada após a crise - começa a se desenhar em setores da economia fluminense, mas ainda assim o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro tende a crescer um pouco menos que o do Brasil em 2021. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estima que o PIB fluminense avançará 3,3% no próximo ano, ante uma expansão de 3,4% prevista para o país.

“De junho para julho, a produção da indústria automotiva no Rio de Janeiro cresceu 50%. Mesmo assim está ainda 40% abaixo do nível registrado antes da pandemia”, compara Jonathas Goulart, gerente de estudos econômicos da Firjan. Enquanto o setor de comércio já se encontra acima do patamar pré-pandemia, na indústria a regeneração se dá em intensidades e velocidades distintas nos diversos segmentos, esclarece o economista. Dentro do setor industrial, o destaque em termos de recuperação fica com os produtos consumidos pela população de mais baixa renda, como alimentos.

O auxílio emergencial pago pelo governo federal teve impacto direto sobre as vendas de supermercados e lojas de departamento. Somado aos resultados da indústria extrativa mineral melhores do que o esperado até agora, o efeito positivo do auxílio emergencial levou a Firjan a revisar sua projeção para a variação do PIB

fluminense para 2020. A retração esperada, que era de 6,4%, foi revisada para uma queda de 4,6%.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“A indústria extrativa continua com desempenho positivo e deve fechar este ano com um crescimento de 6,9%”, pontua Goulart. No segundo trimestre, a desaceleração econômica provocada pela pandemia só não foi mais severa no Estado justamente por causa do desempenho da indústria extrativa, puxado pelas exportações do segmento de óleo e gás.

Pelos cálculos da Firjan, o PIB do Rio encolheu 8,4% entre abril e junho, frente ao primeiro trimestre de 2020. Na comparação anual, a variação negativa foi de 9,9% no período. Em ambos os casos, os percentuais são os piores da série histórica iniciada em 2002.

Esse foi o segundo trimestre de queda consecutiva da economia fluminense. A retração entre abril e junho, no entanto, foi menos intensa que a registrada no PIB nacional (11,4%) em relação ao mesmo período do ano passado. “A Petrobras conseguiu aumentar suas exportações, ocupando uma fatia de mercado que não estava sendo atendida por outros países”, justifica Goulart. Analisado isoladamente, o segmento de óleo e gás teve crescimento de 14,5% no segundo trimestre. A indústria de transformação, por sua vez, apresentou queda de 18,9% na produção, na comparação com o mesmo período de 2019.

Proposta tenta harmonização dos projetos de reforma

Texto-base de lei complementar a ser discutido visa acoplar iniciativa do governo à PEC 45

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Para De Santi, se devolução for com crédito destacado na nota fiscal, haverá fraudes e IBS terá alíquota maior — Foto: Nilani Goettems/Valor

Autor do texto que deu origem à PEC 45, uma das principais propostas de reforma tributária em discussão, o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) deve colocar hoje em debate uma proposta de redação para um texto-base de lei complementar do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) que poderá suscitar polêmicas.

A ideia é não só estabelecer uma harmonização que possibilite acoplar a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), proposta pelo governo federal, à PEC 45, mas avançar nas definições de pontos essenciais para o IBS, diz Eurico de Santi, diretor do CCiF.

Entre os pontos mais importantes e polêmicos do texto proposto estão as condições para se obter o crédito do imposto pago. O crédito do IBS é um dos fatores que viabilizam a não cumulatividade, considerada imprescindível para as empresas no novo modelo. Pela proposta, o crédito da empresa que adquire um bem e paga o IBS nessa compra, por exemplo, está vinculado ao recolhimento do imposto pelo fornecedor que recebeu o dinheiro do tributo. Ou seja, o adquirente só pode se creditar depois que o fornecedor recolhe efetivamente o imposto.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Outra questão importante do texto é a definição do fato gerador. Ou seja, do que deflagra a cobrança do imposto. Pelo texto estarão sujeitos à cobrança do novo tributo, entre outros, operações de venda, prestação de serviços, locação, troca ou permuta, arrendamento mercantil, cessão e licenciamento. A proposta do CCiF

também trata da formação e estrutura da Agência Tributária Nacional (ATN), que irá administrar o tributo.

Em tramitação na Câmara dos Deputados desde o início do ano passado, a PEC 45 estabelece a criação de um IBS em substituição aos tributos federais PIS, Cofins e IPI, além do ICMS dos Estados e do ISS dos municípios. O IBS proposto segue o modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) não cumulativo, com tributação no destino, alíquota única e com o fim de incentivos fiscais.

De Santi explica que o texto proposto como base para uma lei complementar não versa sobre alíquotas, benefícios fiscais ou regimes especiais. Essa discussão continua delegada, diz ele, à negociação política no âmbito da comissão mista de reforma tributária do Congresso, que busca um projeto que reúna elementos da CBS, da PEC 45 e da PEC 110, também de reforma tributária, que tramita no Senado.

A proposta, diz o tributarista, traz as premissas, justificativas, conceitos jurídicos e uma proposta de texto normativo para elementos fundamentais de um IBS. Entre eles está o fator gerador, entendido como todo o negócio jurídico oneroso no âmbito da atividade econômica envolvendo bem material, imaterial ou serviço. Ou seja, bens tangíveis, intangíveis e serviços. As operações de importação desses bens e serviços também estão contempladas. Entre as exceções à tributação do IBS estão a exportação de bens e serviços, as doações e a prestação de serviços derivada de relação empregatícia, como de diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, assim como de sócios-gerentes.

Em casos como o de troca ou permuta, explica De Santi, o tributo será cobrado sobre o valor atribuído. “Assim como em outras operações se atribui valor. Tudo fica sujeito à fiscalização.”

O texto também estabelece definições sobre os locais em que acontecem os fatos que deflagram a tributação do imposto. Isso é importante para saber qual município ou Estado fará jus à cota do IBS da operação. Numa operação de venda da cidade de São Paulo (SP) para Salvador (BA) com bem móvel tangível, por exemplo, o IBS será pago no local de entrega, seguindo o princípio do destino. Se for Salvador,

considerando um IBS de 25%, diz de Santi, o município receberá parcela de 2%, o Estado da Bahia, de 14%, e a União, de 9%.

Dentre as questões mais sensíveis da proposta está também o crédito do imposto pago. Quando compra um bem, a empresa paga o IBS sobre ela. Quem recolhe o imposto, porém, é o fornecedor, que emite uma nota de venda. Nesse caso, a Agência Tributária Nacional (ATN) irá verificar, entre outros, se o adquirente confirma a operação e se ela é uma operação que se insere dentro da atividade econômica da empresa. A agência verificará ainda se o fornecedor recolheu o IBS pago nessa aquisição. Quando houver o recolhimento, diz o tributarista, automaticamente o adquirente tem o direito ao crédito e já poderá pedir a devolução, que deverá ser feita em 60 dias. “O dinheiro entra em conta corrente, como se fosse a compensação de um cheque”, diz De Santi.

“Estamos assumindo essa polêmica”, diz o diretor do CCiF. O recolhimento do IBS pelo fornecedor como uma das condições para a devolução do crédito pode evitar fraudes, acredita. A ATN é como um banco que precisa do dinheiro em conta corrente para devolver o crédito, compara ele. Trata-se de uma medida, defende, que garante a não-cumulatividade, para que não haja inadimplência e nem crédito frio. “Se quisermos fazer a devolução meramente como crédito destacado na nota fiscal, teremos mais fraudes e será necessário subir a alíquota”, diz. “E já temos um debate difícil em relação a alíquotas.”

O modelo proposto pelo CCiF, explica o tributarista, demanda um controle que deverá ser nota a nota, item a item. Isso, reconhece, traz um outro desafio, que é o desenvolvimento de um sistema capaz de processar e centralizar dados de todas as operações, abarcando todos os contribuintes e todos os entes federados, seja União, Estados e municípios.

Há, diz ele, um grupo de trabalhando no desenho desse novo sistema e reuniões sobre isso já foram realizadas no âmbito do Consefaz, o comitê que reúne secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. A ideia é ter um “sistema público, que funcionará para todos os contribuintes e para todos os Fiscos de forma compartilhada” De Santi diz que o desenvolvimento desse sistema, segundo técnicos que estudam o assunto, deve demandar cerca de um ano e meio para “entrar no ar”. Para isso será necessário um investimento cujo valor, diz ele, ainda não é

Governo e MPF ainda discutem destino de dinheiro da leniência

Cerca de R\$ 870 milhões já ressarcidos por grandes empreiteiras estão parados em conta judicial

Por Murillo Camarotto — De Brasília

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Acordos de leniência vigentes

Pagamentos já realizados por empresas signatárias

Empresa	Ano do acordo	Vigência	Valor (em milhões)	Já pago
UTC	2017	2039	574,5	36,6
Bilfinger	2017	2019	11,1	11,1
Mullenlowe	2018	2018	50,0	53,9
Odebrecht	2018	2040	2.727,0	113,9
SBM Offshore	2018	Indefinido	1.286,0	751,1
Andrade Gutierrez	2018	2034	1.490,0	375,8
Braskem	2019	2025	2.872,0	1.540,0
Technip	2019	2021	820,0	578,0
Camargo Correa	2019	2038	1.396,0	378,0
Nova Participações	2019	2046	516,0	1,5
OAS	2019	2047	1.929	0
Car Rental	2020	2020	0,7	0,0
Total			13.672	3.839,9

Fonte: CGU

Distribuição entre os credores

Recebido até setembro/2020

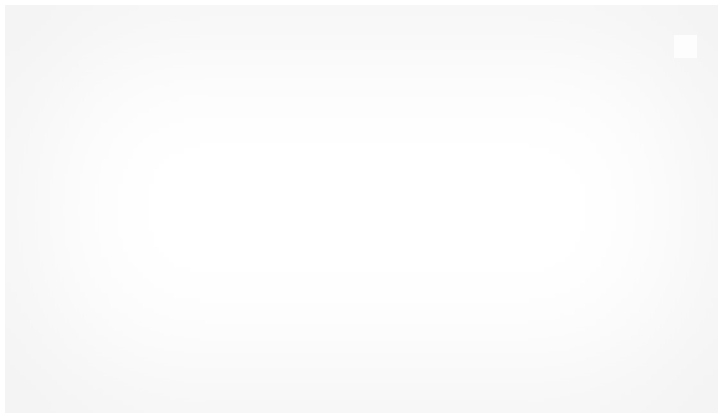
Petrobras	2.194,75
Indefinido	869,20
União	730,13
Caixa	35,60
BR Distribuidora	8,10
Apex	1,80
Transpetro	0,33
Confea	0,004
Eletronuclear	0,002

Governo e Ministério Público Federal (MPF) ainda não se entenderam sobre o destino dos recursos oriundos dos principais acordos de leniência firmados no âmbito da Lava-Jato. Até o momento, R\$ 870 milhões já pagos por Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez estão depositados em uma conta judicial, sem previsão de repasse para os beneficiários finais do dinheiro.

O montante represado tende a crescer enquanto durar a indefinição. Isso porque as três empreiteiras se comprometeram a devolver aos cofres públicos pouco mais de R\$ 5,6 bilhões desviados em esquemas de corrupção. Esses recursos continuarão sendo depositados judicialmente até que a Controladoria-Geral da União (CGU) e o MPF concluam um encontro de contas que se arrasta há quase dois anos.

Somente para 2020, estão estimados pagamentos de mais R\$ 816 milhões pelas empresas que já assinaram acordo. Os valores podem ser ainda maiores, considerando que um acordo de grande porte está em vias de ser fechado. A CGU, entretanto, não fornece informações referentes a negociações em andamento.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

No auge da Lava-Jato, a força-tarefa de Curitiba correu para fazer os acordos de leniência com as grandes empreiteiras, com o objetivo de proteger os negócios e garantir as delações premiadas dos executivos. As tratativas, contudo, não tinham respaldo na legislação que disciplina o tema nem método para o cálculo dos valores de ressarcimento, o que contribuiu para a indefinição.

O MPF também tentou definir sozinho o destino adequado para os recursos, o que foi contestado pela CGU - órgão legalmente responsável pela condução dos acordos. Mais recentemente, já em meio à pandemia, a Procuradoria-Geral da República (PGR) chegou a anunciar o repasse de parte dos recursos oriundos da leniência para o combate à covid-19, o que foi contestado.

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) reclamou da falta de transparência nas informações sobre a arrecadação com os acordos. O ministro Raimundo Carreiro disse que a CGU e o Ministério da Economia descumpriram uma

recomendação para que as previsões de arrecadação com leniência constassem do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021.

O primeiro acordo de leniência assinado pela CGU, já sob a vigência da Lei Anticorrupção, foi o da construtora UTC, em 2017. De lá para cá, 12 foram firmados, com promessas de ressarcimento que somam R\$ 13,6 bilhões. Até agora, as empresas signatárias já desembolsaram R\$ 3,8 bilhões, o que representa 28% do total.

A Petrobras - principal "vítima" do esquema desvendado pela Lava-Jato - já recebeu R\$ 2,2 bilhões dos acordos assinados com a CGU. O segundo colocado dessa lista é justamente a conta judicial, para onde foram os R\$ 870 milhões pagos pelas três empreiteiras. Em seguida aparece a União, que fez jus a R\$ 730 milhões. A Caixa Econômica Federal recebeu R\$ 35 milhões dos ressarcimentos já contabilizados.

Envolvidas em algumas ilegalidades, a BR Distribuidora e a Transpetro receberam R\$ 8,1 milhões e R\$ 330 mil, respectivamente. Há, também, credores bem menores - alguns inusitados. São os casos, por exemplo, da Agência de Promoção de Exportações (Apex) e do Conselho Federal de Engenharia (Confea). A Apex recebeu R\$ 1,8 milhão da agência de publicidade MullenLowe, mas os motivos do repasse não estão informados na versão do acordo disponibilizada pela CGU. O mesmo vale para o Confea, que recebeu R\$ 3,8 mil.

A definição dos valores dos acordos colocou CGU e TCU em rota de colisão desde o início das discussões. A área técnica do tribunal sempre reivindicou a prerrogativa de ter a palavra final sobre essa conta e queria ser ouvida antes dos acordos serem assinados, o que não aconteceu. O TCU chegou a ameaçar declarar inidôneas empresas que já tinham acordo com a CGU e o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu tal punição.

Recentemente, um termo de cooperação entre todos os órgãos envolvidos foi assinado, com mediação do STF. Ocorre que o MPF ficou de fora, o que mantém uma aura de insegurança jurídica sobre a leniência.

Nessa seara, o TCU também passou a mirar os acordos fechados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na semana passada, o ministro-

substituto Augusto Shermann acolheu uma representação do Ministério Público de Contas, que suspeita do valor das multas aplicadas pelo Cade a empresas como Odebrecht, OAS, Carioca Engenharia e Andrade Gutierrez.

No documento, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira sustenta que, ao assinar acordos que encerram as investigações contra as empresas, o Cade estaria adotando valores de multa muito inferiores aos ganhos com os esquemas de corrupção. “Não faz sentido que a contribuição pecuniária tenha valor inferior à punição mínima que seria imposta em caso de julgamento da empresa”, alega o procurador. O Cade tem até o dia 26 para prestar as informações solicitadas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em abril!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Eugenie Bouchard, ótimo no tapete vermelho

90MIN

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Conteúdo Publicitário

Para quase 40% dos setores da indústria, confiança já e maior que no pré-pandemia

Otimismo cresceu entre fabricantes de produtos básicos muito demandados por causa do isolamento, como alimentos e limpeza, e também nos ligados de alguma forma à construção

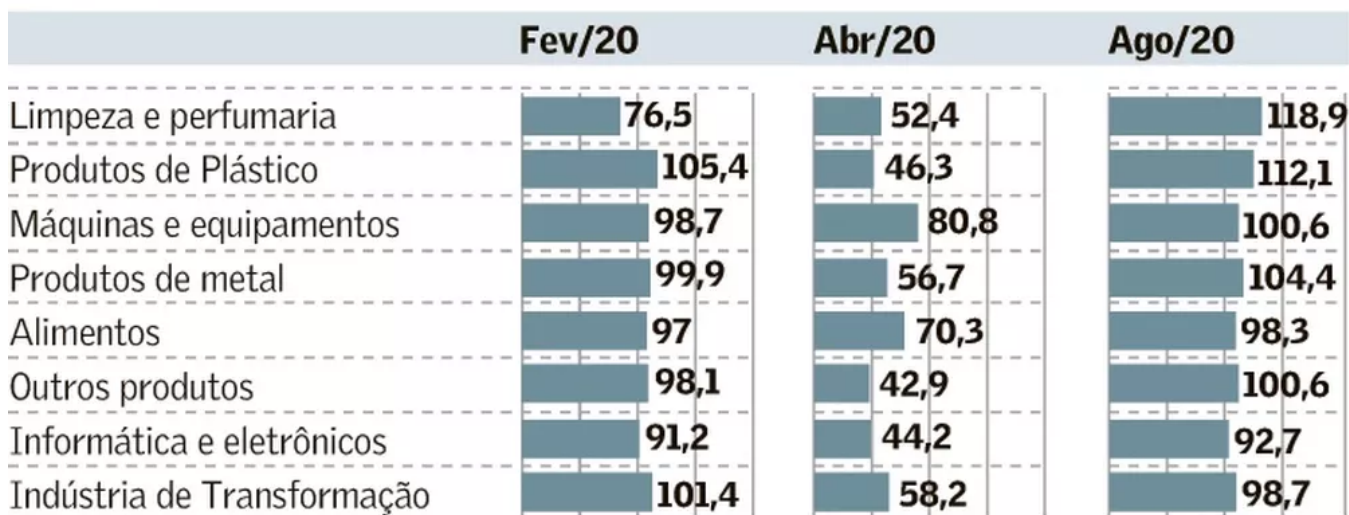
Por Ana Conceição — De São Paulo

22/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

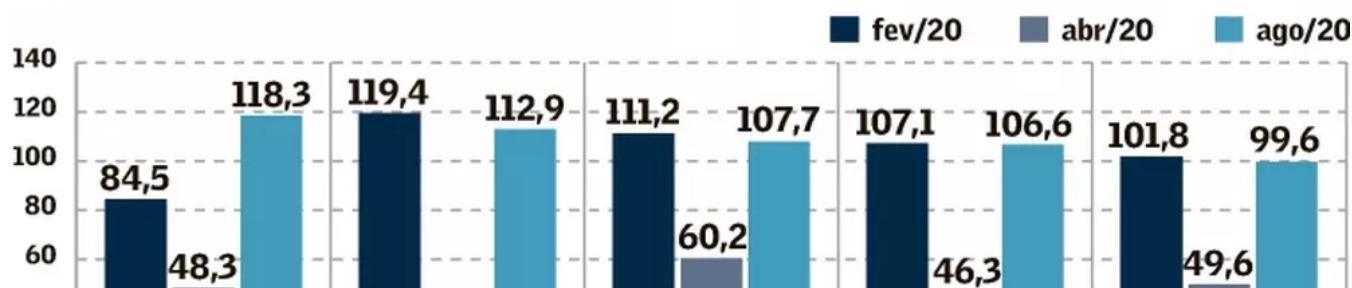
Retomada

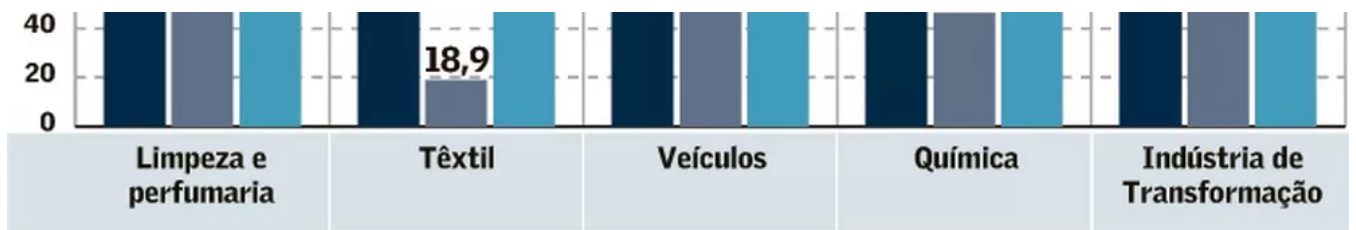
Após choque, parte da indústria volta ao nível pré-pandemia

Índice de Confiança - em pontos



Índice de Expectativa - em pontos





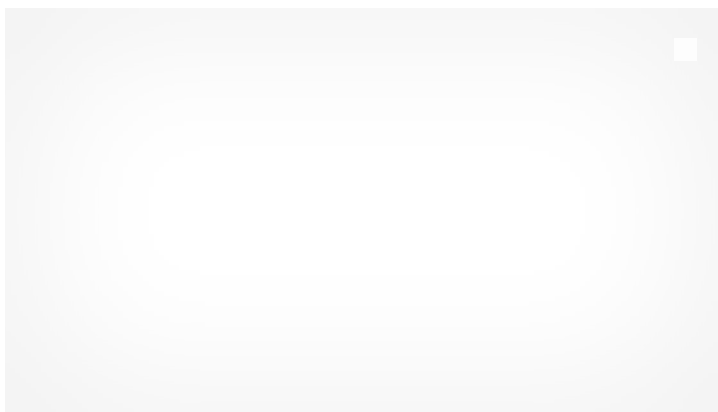
Fonte: Ibre-FGV

Em agosto, quase 40% dos segmentos industriais registraram um nível de confiança maior do que o que tinham no período pré-pandemia, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O otimismo cresceu entre fabricantes de produtos básicos muito demandados por causa do isolamento social, como alimentos e limpeza, e também naqueles ligados de alguma forma à construção civil - plásticos e produtos de metal, por exemplo. Em máquinas e equipamentos, relacionados a investimentos, o pior ficou para trás.

A crise de confiança causada pela pandemia derrubou o otimismo da indústria de transformação em março e abril. Nesse bimestre, o Índice de Confiança do setor caiu 43,2 pontos (para 58,2), a partir de 101,4 em fevereiro.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Passado o choque e com a flexibilização do isolamento, a confiança recuperou 94% das perdas até agosto e subiu em 18 dos 19 segmentos pesquisados. Em 16 houve aumento da utilização da capacidade instalada e melhora no nível dos estoques.

Na prévia extraordinária das sondagens de setembro, divulgada na semana passada, a confiança da indústria descolou dos demais setores, com uma alta de 7,1

pontos, para 105,8 pontos, o que a levaria ao maior nível desde fevereiro de 2013.

De maneira geral, os dados apontam a continuidade da retomada da produção industrial no terceiro e no quarto trimestre deste ano, segundo Renata de Mello Franco, economista do Ibre/FGV, a despeito de segmentos importantes, como o de veículos, ainda encontrarem dificuldades para compensar as perdas do segundo trimestre.

Dos sete segmentos que já superaram a totalidade dos pontos perdidos, o destaque é o de limpeza e perfumaria, que em fevereiro tinha um índice de confiança de 76,5 pontos e atualmente está em 118,9 pontos. Seu indicador de expectativas também é o melhor da indústria, com 118,3 pontos. Dois terços do setor preveem aumento de produção, e 59,4%, ampliação do número de funcionários.

Produtos de plástico e máquinas e equipamentos, por sua vez, também estão com níveis de confiança acima de 100 pontos, marca que separa otimismo de pessimismo. Alimentos, outros produtos e informática e eletrônicos completam a lista.

Na indústria de produtos de plástico, um dos subíndices da confiança, o Indicador de Situação Atual, marcou 120,6 pontos, maior valor da série histórica. Para mais de 40% das empresas, o nível da demanda em agosto estava forte, com destaque para a demanda interna. Mais da metade das empresas prevê que os negócios nos próximos seis meses serão melhores do que no ano passado. Nesse setor, a parte de embalagens se recuperou quase totalmente das perdas do início da pandemia, algo relacionado ao delivery de alimentos e bebidas, que aumentou com o isolamento.

Em produtos de metal, o indicador de situação atual alcançou 109,9 pontos, máxima desde março de 2018, enquanto o indicador de expectativa está apenas 0,1 ponto abaixo de fevereiro (99,2). A demanda do setor está aquecida, o nível de estoques, insuficiente, e a utilização da capacidade instalada apenas um ponto abaixo de fevereiro, o que fez com que 30% das empresas assinalassem que a situação dos negócios está boa, o maior percentual desde junho de 2018. O segmento inclui a fabricação de estruturas de metal, como andaimes e outros itens usados no setor de construção, segundo Renata Franco, do Ibre/FGV.

Merecem destaque também as indústrias têxtil, de veículos automotores e química, que, apesar de não terem voltado ao patamar anterior à pandemia, são os segmentos que têm os melhores indicadores de expectativas. “O otimismo deles para os próximos três meses é boa notícia. Todos sinalizam aceleração da produção”, diz.

Segundo a economista, na indústria em geral, os indicadores de produção e emprego previstos são os maiores valores desde junho de 2018. Como contraponto, o de tendência dos negócios para um período mais longo, de seis meses, tem demorado a se recuperar. “Essa dificuldade acende um alerta”, pondera Renata. Ainda não dá para prever que o quarto trimestre será melhor que o mesmo período do ano passado, mas, para um setor que já vinha fraco antes da pandemia, a indústria está se recuperando melhor que o esperado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em abril!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Triglicérides no sangue: Faça isto 2x ao dia!

PRO+DB

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI